



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
Nº. 11/2009**

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, *Campus* de Araguaína.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 29 de abril de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, no *Campus* de Araguaína.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 29 de abril de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Araguaína

Eixo Tecnológico Gestão e Negócios

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

Araguaína TO, abril de 2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Araguaína

Eixo Tecnológico Gestão e Negócios

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Cooperativas. Elaborado pelo Núcleo Estruturante composto pelos professores Prof. Dra. Fabiana Cordeiro Rosa, Dr. Jean Carlos Rodrigues, Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva, Msc Morgana Fabiola Cambrussi, Msc. Paulo Roberto Souza Ramos, Msc. Severino Francisco de Oliveira Filho, Dr. Márcio Araujo de Mello, Dr. Miguel Pacífico Filho, Msc. Ana Daisy Araujo Zagallo e pelos técnicos Wily Rosário da Silva, Esp. Ianed da Luz Souza e Esp. Warton da Silva Souza.

Araguaína TO, abril de 2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Administração Superior

Dr. Alan Barbiero
Reitor

Dr. José Expedito Cavalcante Silva
Vice-reitor

Msc. Ana Lúcia de Medeiros
Pró-reitora de Administração

Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-reitora de Graduação

Dr. Márcio Antônio da Silveira
Pró-reitor de Pesquisa

Msc. Marluce Zacariotti
Pró-reitor de Extensão e Cultura

Dr. Pedro Albeirice da Rocha
Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Msc. Rafael José de Oliveira
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	7
1.1 Histórico da UFT	7
1.2 A UFT no contexto regional e local	9
1.3 Perfil Institucional	10
1.3.1 Missão institucional	12
1.3.2 Estrutura político-administrativa da UFT	14
1.3.3 Os <i>campi</i> e os respectivos cursos	15
1.3.4 Gestão Acadêmica	16
1.3.5 Conselho Diretor do campus	16
1.3.6 Diretor do campus	18
1.3.7 Coordenador do Curso	19
1.3.8 Relação Nominal dos membros do colegiado	21
1.3.9 Área de Formação e Docentes	22
1.3.10 Comissão de elaboração do PPC	22
2. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	23
2.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos cursos da UFT	26
2.2 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis	27
2.3 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto	34
2.4 A Interdisciplinaridade na matriz curricular dos cursos da UFT	34
2.4.1 Justificativa	36
2.4.2 - Objetivo da área de conhecimento	37
2.4.3 Objetivos do Curso	37
2.4.4 Formação profissional e realidade social	38
2.4.4.1 – Perfil profissiográfico	39
2.4.4.2 –Competências, atitudes e habilidades	40
2.4.4.3 - Campo de atuação profissional	40
2.4.5 – Dimensão das turmas teóricas e práticas	40
2.4.6 Organização curricular	41
2.4.6.1. Matriz Curricular do Curso Superior de Gestão em Cooperativas	47
3. IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CURRÍCULO	50
4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO	51
5. EMENTÁRIO	55
5.1 Ciclo de Formação Geral	55
5.2 Ciclo de Formação Profissional	62
6 - SEMINÁRIOS /ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES ORIENTADAS	75
7. INTERFACES	80
7.1 - Interface pesquisa e extensão	80
7.2 - Interface com programas de fortalecimento do ensino: monitoria, PET	81
7.3 - Interface com as Atividades Complementares	81
7.4 – Trabalho de conclusão de curso	81

7.5 - Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros).....	82
8. FORMAS DE INGRESSO E MOBILIDADE ENTRE OS CURSOS.....	83
9. CORPO DOCENTE.....	84
9.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente.....	84
10. INSTALAÇÕES	85
10.1 Biblioteca.....	85
10.1.1. Política de atualização e informatização do acervo.....	86
10.1.2. Descrição do acervo de livros e periódicos.....	86
10.1.4. Instalações e equipamentos da biblioteca.....	87
10.2. Núcleo de Empreendimentos Tecnológicos.....	88
10.3. Área de lazer e circulação.....	90
10.4 Recursos audiovisuais	90
10.5. Acessibilidade para portador de necessidades especiais:	90
10.6 Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso.....	90
10.6.1 Espaços e estruturas destinadas aos serviços de apoio	91
10.6.2. Setores Administrativos:.....	92
10.6.3 Instalações da Unidade de Licenciatura, Setor Cimba.....	93
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	97
REGIMENTO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS.....	97
REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS.....	101

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da UFT

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº. 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº. 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da

comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº. 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as Comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do reitor e do vice-reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor doutor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº. 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para reitor e vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº. 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos

poucos se consolidando em uma *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

Os 7 (sete) *campi* universitários da UFT, localizados em regiões estratégicas do estado, oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e adjacente o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do

Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins: cerrado, floresta amazônica, pantanal e caatinga, que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das redes de ensino é emergente, em âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino e nas escolas do estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I.** estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II.** formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III.** incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV.** promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V.** suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI.** estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII.** promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A estrutura multicampi da UFT a distingue das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as interrelações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

A realidade acadêmico-administrativa da UFT, integrada em sistema multicampi, requer para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se

analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da instituição.

A UFT possui uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados * – 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 29 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela Capes, além de 11 cursos de especialização lato sensu.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelo sistema SIE em outubro/2008.

1.3.1 Missão institucional

O Planejamento Estratégico – PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica: “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2006-2010), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas: a) Identidade, Cultura e Territorialidade, b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia, c) Meio Ambiente, e) Educação, f) Saúde; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração;

procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007). E, ainda, ainda, um doutorado em Ciência Animal, em Araguaína; minter em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT/UnB) e dinter em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFG) e o doutorado próprio em Ciência Animal/Araguaína.

1.3.2 Estrutura político-administrativa da UFT

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso, representante de alunos, professores e de funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias,

Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

- **Pró-reitorias:** de Graduação; de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão e Cultura, de Administração e Finanças; de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis.
- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

1.3.3 Os *campi* e os respectivos cursos

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Cooperativismo, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia,

Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e a Licenciatura em Biologia (modalidade a distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, as licenciaturas em Filosofia, Artes e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

1.3.4 Gestão Acadêmica

Além do Conselho Diretor (órgão deliberativo), cada *campus* da UFT também conta com Direção de *Campus* (órgão executivo) e com Coordenação e Colegiado de Curso (órgãos de coordenação de natureza acadêmica).

1.3.5 Conselho Diretor do campus

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II - Da Administração das Unidades Universitárias:

“Art. 25” - O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos Campi de Ensino e Pesquisa com funções

deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Campus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Campus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;

- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Campus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário”.

1.3.6 Diretor do campus

De acordo com o Regimento Geral da UFT, ao Diretor de *Campus*, eleito pela comunidade universitária, compete: a administração da unidade de ensino sob sua responsabilidade, a representação do *campus* nos demais órgãos da Universidade, a promoção de ações de coordenação e fiscalização das atividades realizadas no *campus*, a elaboração da proposta orçamentária e do relatório das atividades desenvolvidas no *campus* universitário e demais deliberações concernentes com o bom andamento das atividades de ensino. O *Campus* de Araguaína encontra-se sob a direção do Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003,
CAPÍTULO II - Da Administração das Unidades Universitárias:

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Campus, em conformidade com o Regimento Geral da UFT:

- administrar o campus;
- representar o campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- integrar o Conselho Universitário;
- encaminhar à reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do campus;
- apresentar à reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

1.3.7 Coordenador do Curso

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

“Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

- opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Dentre as atribuições conferidas ao Coordenador de Curso, o Regimento institucional prevê:

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

- representar sua coordenação de curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- presidir os trabalhos da coordenação de curso;
- propor ao coordenador do campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do campus;
- responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- expedir instruções referentes aos cursos;
- representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os coordenadores de cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do coordenador, assumirá a coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As coordenações de cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do coordenador de curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

1.3.8 Relação Nominal dos membros do colegiado

Considerando que, em conformidade com o plano de metas estabelecido entre a UFT e o MEC, as vagas para composição do corpo docente dos cursos do REUNI serão liberadas semestralmente, foram designados, inicialmente, pelo ATO DA DIREÇÃO 015/2009, os professores Ana Daisy Araújo Zagallo, Márcio Araújo de Melo e Miguel Pacífico Filho para compor o Núcleo Docente Estruturante, responsável pela implantação do Projeto Pedagógico dos Cursos Tecnólogos em Turismo, Logística e Cooperativismo.

Previsão de contratação de professores, conforme Projeto REUNI/UFT.

ÁREA DE CONHECIMENTO	2009	2010	2011	2012	Total
Gestão de Negócios	06	09	05	05	27

1.3.9 Área de Formação e Docentes

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo insere-se num grupo que integra três cursos de tecnologia no *campus* de Araguaína, tendo em comum um primeiro ciclo de disciplinas (equivalente ao 1º e 2º semestres). Para atender esses cursos tecnológicos, foram relacionados 27 docentes, conforme definido inicialmente pelo projeto do Reuni. Considerando que a contratação deve ser efetivada em dois momentos, propõe-se:

Área de formação	Número de docentes contratados		
	1º grupo	2º grupo	Total
Letras (Português/Inglês)	1	-	1
Bacharel em Economia	1	1	2
Sociólogo	1	1	2
Bacharel em Ciências Contábeis	1	2	3
Bacharel em Administração	4	3	7
Bacharel em Direito	1	-	1
Psicólogo	1	-	1
Analista de Sistemas ou Cientista da Computação	1	-	1
Geógrafo (ou Licenciado em Geografia)	1	1	2
Turismólogo	2	2	4
Historiador (ou Licenciado em História)	1	-	1
Engenheiro de Produção	-	1	1
Bacharel em Comunicação Social	-	1	1
Total de docentes	15	12	27

1.3.10 Comissão de elaboração do PPC

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo iniciou-se em março de 2008, a partir de reuniões regulares com a PROGRAD, as

quais integraram docentes e técnicos administrativos responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de implementação dos cursos propostos pelo REUNI. Num primeiro momento, integraram a comissão responsável pela redação do PPC os seguintes membros, todos pertencentes ao *campus* de Araguaína:

- Profa. Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva (colegiado do curso de Letras);
- Prof. Msc. Jean Carlos Rodrigues (colegiado do curso de Geografia);
- Prof. Msc. Severino Francisco de Oliveira Filho (colegiado do curso de Geografia);
- Profa. Msc. Morgana Fabiola Cambrussi (colegiado do curso de Letras);
- Téc. em Assuntos Educacionais Esp. Ianed da Luz Souza (secretária acadêmica);
- Técnico-administrativo Esp. Warton da Silva Souza (secretário acadêmico).

Posteriormente, assumiram a finalização dos PPCs, os professores:

- Msc. Ana Daisy Araújo Zagallo;
- Dr. Márcio Araújo de Melo (Ciências Naturais);
- Dr. Miguel Pacífico Filho.

2. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso realiza-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima citadas, o que efetivará as mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, são partes integrantes dos sistemas sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, ocorre no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação

teoria - prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

2.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foram apontadas como questões relevantes, as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressalta-se que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos. Busca-se implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de plataformas digitais.

No sentido de efetivar os princípios de integração e interdisciplinaridade, os currículos dos cursos estão organizados em torno de eixos que agregam e articulam os conhecimentos específicos teóricos e práticos em cada semestre, sendo compostos por disciplinas,

interdisciplinas e seminários integradores. Cada ciclo é constituído por eixos que se articulam entre si e que são integrados por meio de conteúdos interdisciplinares a serem planejados semestralmente em conformidade com a carga horária do Eixo de Estudos Integradores.

2.2 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições. As incertezas interpostas nos levam a retomar Edgar Morin que em sua obra “O Paradigma perdido: a natureza humana” (1973) integrou e articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem. Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização. Segundo ele,

o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica (MORIN, 1973: 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994: 225), “a complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveis”. E, ainda,

essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço (MORIN, 1994: 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a idéia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa confusão, nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas idéias. O pensamento complexo é visto como uma “viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, co-determinam sempre o objeto do conhecimento” (MORIN, 2003: 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998: 44), “requer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referência”. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino, se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998: 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma “função global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao economista, ao sociólogo, ao filósofo ou a historiador etc.” (ARDOINO, 1995 apud

MARTINS, 2004: 89). A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaço-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica considerá-lo como práxis interativa, como “sistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência” (BURNHAM, 1998: 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002).

Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham, entender não só a polissemia do currículo,

mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua

inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998: 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos “[...] as palavras de suas prisões e devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensar” (ASMANN, 1998, p. 82).

O desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar, e talvez, até superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e servirão de apoio no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

A construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-seqüencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados.

Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997: 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destruir profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa 'grade curricular' de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Desse modo, "o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas" (SANTOMÉ, 1998: 106), perpassa a idéia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. "Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da 'objetividade' e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo" (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à interrelação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares hoje propostos coincidem com o desejo de buscar "modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis" (SANTOMÉ, 1998: 124). Nessa perspectiva,

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

O currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 206) em quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.

Além da possibilidade ainda de:

- a) integração através de conceitos,
- b) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos,
- c) integração com base em instituições e grupos humanos,
- d) integração em torno de descobertas e invenções,
- e) integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da

educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos. Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos:

- a) introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural;
- b) dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Este projeto possui uma construção curricular em ciclos. A idéia é proporcionar ao aluno uma formação inicial ampla, evitando assim a profissionalização precoce – uma das grandes causas da evasão.

Os ciclos referem-se aos diferentes níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas. Dentro da perspectiva do currículo composto por ciclos articulados, o acadêmico vivenciará, em diversos níveis processuais de aprofundamento, as áreas dos saberes. Eles são estruturados em eixos, os quais se configuram como os conjuntos de componentes e atividades curriculares coerentemente integrados e relacionados a uma área de conhecimento específica.

Tais eixos deverão ser compreendidos como elementos centrais e articuladores da organização do currículo, garantindo equilíbrio na alocação de tempos e espaços curriculares, que atendam aos princípios da formação. Em torno deles, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP no. 09/2001¹ (p. 41), “se articulam as dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional e sinalizam o tipo de atividade de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadores”.

A articulação dos ciclos e dos eixos pressupõe o diálogo interdisciplinar entre os

¹ BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2008 em www.mec.gov.br.

campos do saber que compõem os cursos e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, essa articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora, tais como Seminários Temáticos, Oficinas e Laboratórios.

2.3 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto

Os três ciclos que compõem este projeto serão articulados de forma a levar o aluno à compreensão de que a formação é composta de conhecimentos e habilidades básicas necessárias para a leitura do mundo e compreensão da ciência e de conhecimentos específicos necessários à formação do profissional. A pós-graduação passa a integrar esse processo de forma a preparar o aluno, que optar por esse ciclo, para o exercício profissional no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

Assim, nos primeiros semestres do curso, o aluno passa pelo Ciclo de Formação Geral, que além de propiciar-lhe uma compreensão pertinente e crítica da realidade natural, social e cultural, permite-lhe a vivência das diversas possibilidades de formação, tornando-o apto a fazer opções quanto a sua formação profissional – podendo inclusive articular diferentes áreas de conhecimento. Em seguida, o Ciclo de Formação Profissional, oferece-lhe uma formação mais específica, consistente com as atuais demandas profissionais e sociais e o (ciclo?) de aprofundamento em nível de pós-graduação busca a articulação dos ciclos anteriores tendo como foco as áreas de conhecimento e projetos de pesquisa consolidados na Universidade.

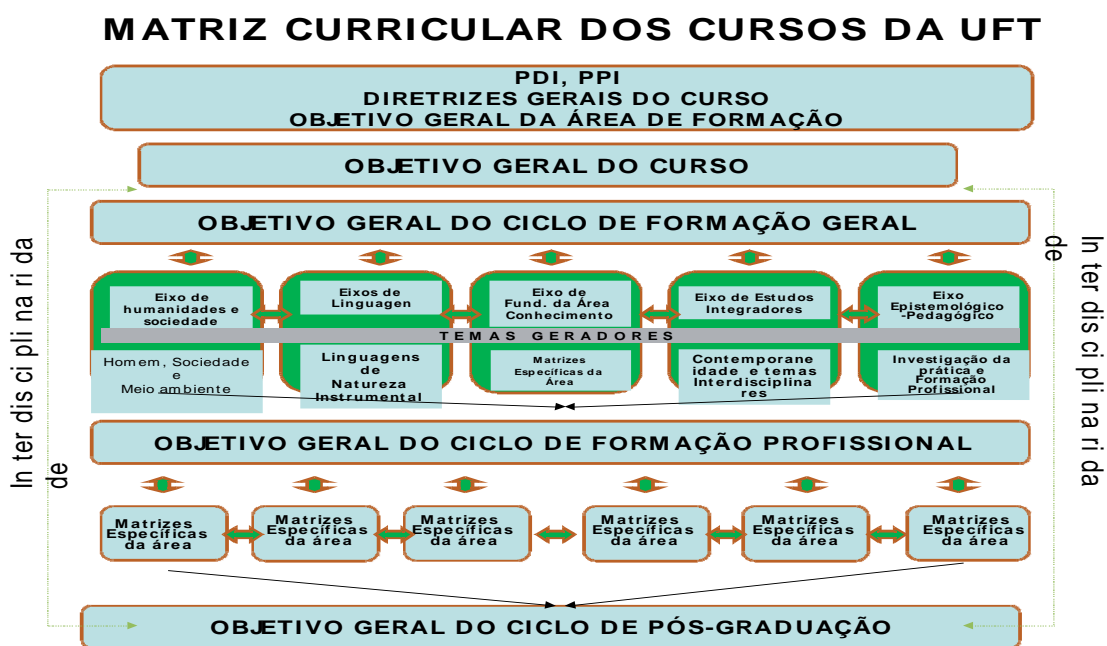
Os componentes desses eixos e conjuntos curriculares não apresentam uma relação de pré-requisitos e podem ser abordados de modo amplo, como sugerem as suas denominações, bem como receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber. Por exemplo, cada área poderá em determinado eixo adotar uma abordagem panorâmica, bem como eleger um tema abrangente e utilizá-lo como fio condutor da área de conhecimento.

2.4 A Interdisciplinaridade na matriz curricular dos cursos da UFT

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

A partir das concepções de eixos, temas geradores e do perfil do profissional da área de conhecimento e do curso, a estrutura curricular deve ser construída na perspectiva da interdisciplinaridade, tendo como elemento desencadeador a problematização de sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade de vida da humanidade. Deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, e em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso. Enfim, por meio do ensino e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos formulados.

Nessa configuração, os Projetos Pedagógicos dos novos cursos da UFT segue o desenho curricular abaixo:



O curso de Gestão de Cooperativas poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, com a mediação de recursos

didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e nos termos da Portaria/MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Os 05 (cinco) eixos que estruturam o Ciclo de Formação Geral, assim como os eixos compreendidos pelo Ciclo de Formação Profissional, buscam responder aos objetivos formulados como elemento norteador das atividades. Estes eixos buscam a interface com os demais cursos ou áreas de conhecimento afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

Os eixos articulam-se em ciclos que correspondem aos três níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas, ou seja, Ciclo de Formação Geral; Ciclo de Formação específica e, como etapa opcional para o aluno, o Ciclo de pós-graduação.

2.4.1 Justificativa

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural, com promissoras perspectivas econômicas, mas ainda sofrendo com problemas de diferentes naturezas, como os relativos à desigual distribuição de renda, aos modelos de exploração econômica divorciados de uma preocupação ambiental e à falta de mão de obra qualificada para um processo produtivo atento aos padrões de competitividade impostos pelo mundo contemporâneo. Diante desse quadro, a UFT responde como um vetor de transformação e melhoria da qualidade de vida no Estado, ao comprometer-se com o desafio de promover práticas educativas que elevem a qualificação profissional e atendam às demandas de profissionais no âmbito regional. Nesse contexto, a gestão em Cooperativismo no Tocantins apresenta-se como uma alternativa para gerar e organizar postos de trabalho dentro de uma nova perspectiva; capaz de se sustentar a partir de elementos locais, independentes de investimentos externos ao Estado, que muitas das vezes nem chegam a se concretizar. Os cursos de Cooperativismo já se constituem numa experiência consolidada em outras IFES onde é oferecido. Demonstra-se tal afirmativa a partir das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) atuantes em centros de excelência como a USP, UNICAMP, UFRJ e UFV. Devemos ressaltar que com as devidas adequações à realidade social do Estado do Tocantins tal experiência é passível de reprodução, buscando-se contato direto com tais

incubadoras buscando a troca de experiência e debatendo resultados.

Devemos ressaltar ainda que o curso de Cooperativismo apresenta-se como mecanismo capaz de apoiar a busca por soluções de diminuição de desigualdade social, sobretudo se considerarmos iniciativas governamentais como o Guia de Geração de Trabalho e Renda disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por meio da formação de profissionais aptos a organizar grupos em situação de vulnerabilidade econômica e social, o curso de Cooperativismo se insere numa área ainda a ser explorada no Estado do Tocantins.

2.4.2 - Objetivo da área de conhecimento

O eixo de **Tecnológico Gestão e Negócios**, do campus Araguaína UFT, que compreende os cursos de **Gestão em Logística**, **Gestão de Cooperativas** e o eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer, que compreende o curso de **Gestão de Turismo**, propiciar esses segmentos uma formação profissional capaz de atender às necessidades da região Norte do Tocantins e estados vizinhos, valendo-se das potencialidades locais, em prol do desenvolvimento social e econômico.

2.4.3 Objetivos do Curso

Como objetivo geral, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas visa a uma formação profissional e humana – capaz de satisfazer às necessidades locais partindo do aproveitamento racional das potencialidades regionais – voltada para o desenvolvimento e para a operacionalização de processos gerenciais de organizações cooperativas. Acrescentamos ainda a necessidade de desenvolver nos alunos espírito crítico capacitando-os a absorver novos conhecimentos.

De maneira específica, o curso de Gestão de Cooperativas objetiva:

- formar profissionais que, atuando ativa e eticamente, fomentem o desenvolvimento de organizações cooperadas voltadas às especificidades da região amazônica (com foco no desenvolvimento sustentável) e ao respeito à Amazônia Legal.
- preparar gestores de cooperativas que dominem, na área de formação, conhecimentos e métodos necessários à ação eficiente e empreendedora, frente às diferentes modalidades

de associações cooperativadas e os desafios de ordem sócio-econômica das sociedades contemporâneas.

- propiciar ao gestor de cooperativas um espaço de reflexão sobre o papel das cooperativas enquanto instrumentos concretos de ação na melhoria das condições políticas, econômicas e sociais da população.
- desenvolver uma visão crítica da integração de cooperativas nacionais no cenário internacional diante da nova ordem econômica mundial.
- desenvolver a compreensão das dimensões econômica, social, cultural e política nas organizações cooperativas como complementares, onde a racionalidade não esteja apenas na perspectiva utilitária do termo.
- proporcionar aos profissionais de gestão em cooperativas os conhecimentos dos processos de formação e de desenvolvimento do Cooperativismo e sua inserção no contexto capitalista.

2.4.4 Formação profissional e realidade social

Assim como os demais cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas orienta-se fundamentalmente pela interdisciplinaridade, pela flexibilidade e mobilidade acadêmica, atendendo ainda à necessidade de atenção ao contexto da região amazônica, considerando a formação acadêmica como estratégica para o desenvolvimento econômico e sustentável, geração de emprego e distribuição de renda.

De acordo com as Diretrizes Curriculares – Nível Tecnológico (Resolução CNE/CP nº 3/2002), a educação profissional de nível tecnológico integra-se às diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, objetivando garantir aos acadêmicos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores nos quais haja utilização de tecnologias. Desse modo, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas foi concebido para atender às demandas profissionais específicas do mercado de trabalho da região norte do estado do Tocantins e estados vizinhos. Além disso, o curso alia-se à necessidade de garantir uma formação tecnológica e humanística, sensível a questões éticas, culturais e ambientais, ainda mais pertinentes quando considerada a questão da Amazônia Legal e o compromisso institucional assumido pela UFT frente à realidade local. Além da relevância do sistema cooperado para as demandas estaduais e regionais, o

cooperativismo é atividade de destaque em todo o Brasil. Esse modo de organização do trabalho, orientado para a produção e comercialização de produtos e serviços, concilia interesses em torno de objetivos comuns e, à medida que cresce em espaço de mercado e em eficiência, é responsável por uma fatia cada vez mais significativa do crescimento econômico nacional. Essa mesma expressividade pode ser atingida pelos sistemas cooperados regional, em especial, por aqueles compreendidos nos limites do estado do Tocantins. Com esse intuito, a especialização através da formação acadêmica de qualidade na área de Gestão de Cooperativas torna-se um meio de ação da universidade em favor do desenvolvimento regional, contribuindo para a transformação social.

Como um curso superior de Tecnologia, o curso de Gestão de Cooperativas visa a propiciar uma densa formação em tecnologia, objetivando a aquisição de competências que possibilitem ao acadêmico o desenvolvimento e a adaptação tecnológica, com foco no conhecimento e nas implicações tecnológicas para o processo produtivo, a pessoa humana e a sociedade. Em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (2006), essa modalidade de curso superior abrange “métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamento tecnológico com foco nas aplicações dos conhecimentos relativos a processos, produtos e serviços”.

Quanto à estrutura curricular, este curso está organizado a partir de uma perspectiva interdisciplinar do processo de ensino e aprendizagem, o que proporciona, durante todo o curso, situações-problema e projetos interdisciplinares para que o acadêmico vivencie a prática. O objetivo geral deverá nortear as ementas das disciplinas e interdisciplinas visando à estruturação de um curso interdisciplinar.

2.4.4.1 – Perfil profissiográfico

O profissional formado pelo curso de Gestão de Cooperativas deve ser capaz de aplicar a tecnologia para uma melhor implementação dos conceitos e práticas fundamentais do cooperativismo. Deve ser capaz de implementar e gerenciar os diversos setores de uma cooperativa. Nesse sentido, o curso formará profissionais aptos a atuar na gestão de organizações cooperativistas, empregando modelos inovadores de gestão e respondendo às demandas, frente a um mercado competitivo e em constante transformação.

O tecnólogo em Gestão de Cooperativas da UFT deverá ser um profissional com formação humanística, pró-ativo, com visão estratégica e sistêmica e espírito empreendedor,

capaz de interagir nas especificidades regionais e locais, em conexão com o contexto mundial, atuando como agente de mudança na gerência de sistemas organizacionais cooperativados, de forma inovadora e pautada nos princípios de justiça e ética profissional.

2.4.4.2 – Competências, atitudes e habilidades

O egresso do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas deve ser capaz de fornecer assistência, dirigir e implementar cooperativas, fundações, sindicatos e ONG's. Tais procedimentos deverão ser sempre norteados por princípios de solidariedade e de percepção da busca pela democratização dos meios de produção.

2.4.4.3 - Campo de atuação profissional

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia os profissionais egressos atuarão em cooperativas singulares, cooperativas centrais ou federações e confederações de cooperativas, tais como: cooperativas de produtores, de consumo, mistas, de crédito, de trabalho e habitacionais.

2.4.5 – Dimensão das turmas teóricas e práticas

Os cursos de Logística e Gestão de Cooperativas do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios e o curso de Gestão de Turismo do Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer integram-se num núcleo comum nos dois primeiros semestres, perfazendo o número de 90 alunos para cada um deles, de maneira que para compor as turmas teóricas e práticas algumas considerações devem ser elencadas:

- os critérios apontados no Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006 que versa sobre avaliação e supervisão de cursos superiores de graduação e sequenciais;
- os critérios de avaliação instituídos pelo SINAES para os Cursos Superiores de Tecnologia (item 2.3.2 – número de alunos por turma em disciplina teórica).
- a literatura pertinente ao tema que particularmente combate a idéia da superlotação de turmas com vistas a um melhor aproveitamento da relação professor aluno;
- o histórico da qualidade do ensino das IFES brasileiras.

A partir do 3º semestre, respeitando as especificidades de cada curso, se desdobrarão em três turmas de 30 alunos, quando entram em contato com os eixos de formação. Entendendo que a prática jamais deverá se dissociar da teoria, acredita-se que o número de alunos nessas aulas deve obedecer sempre a uma constante, observando sempre as proporções acima mencionadas. Desse modo, protege-se o projeto pedagógico de adaptações e/ou adequações cuja finalidade última é o comprometimento com elevações de dados estatísticos em detrimento da qualidade de ensino.

2.4.6 Organização curricular

Conforme Documento Referencial para os novos cursos da UFT² e as orientações do projeto correspondente aprovado pelo REUNI, o currículo dos cursos superiores de tecnologia dos eixos Gestão e Negócios e Hospitalidade e Lazer se organizam mediante dois ciclos, perfazendo o total de 1950 horas/aula³. Além das atividades complementares com 120h/aula distribuídas ao longo de 6 semestres letivos. O primeiro ciclo, comum às três habilitações, estrutura-se mediante 5 eixos:

- Humanidades e Sociedade
- Linguagens
- Estudos Integradores e Contemporâneos
- Fundamentos da Área de Conhecimento
- Saberes Epistemológicos.

Esse ciclo comum e introdutório articula-se ao seguinte, visando, além de introduzir o acadêmico nas questões específicas de sua habilitação, a promover uma compreensão crítica sobre a realidade natural, social e cultural, como ainda a tornar-lhe apto para as opções que se apresentam a sua formação profissional.

O referido ciclo corresponde a 42 créditos⁴ ou 630 horas/aula, referentes aos dois primeiros semestres do curso. No segundo ciclo, o currículo se diferencia diante das três propostas de habilitação: Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão de Turismo. Também

2 Texto acadêmico elaborado pelos professores da UFT, José Damião T. Rocha, Isabel C. A. Pereira e Luiz Antonio H. Damas, com perspectivas de subsidiar os estudos e debates na construção coletiva dos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos da UFT a serem implantados em 2009, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

3 A carga horária mínima prevista para o referido curso, conforme define o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2006), é de 1600h/a.

4 Como nos demais cursos da UFT, cada crédito corresponde a 15 horas/aula.

nesse ciclo, as disciplinas organizam-se mediante eixos, conforme apresentaremos adiante. Este ciclo corresponde a 80 créditos ou 1200 horas/aula, referentes aos quatro semestres restantes. A seguir, apresenta-se a organização dos ciclos e respectivos eixos.

1º. Ciclo dos Cursos Tecnológicos

No primeiro ciclo, cada eixo organiza-se a partir de temas geradores e uma ementa, os quais orientam para a formatação da proposta.

a) Eixo de Humanidades e Sociedade: possui os seguintes temas geradores: Homem; Sociedade; Meio-Ambiente.

Ementa do eixo: As unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a sociedade, a cultura e os indivíduos. Relação indivíduo/sociedade/meio ambiente. Compreensão crítica da realidade natural, social e cultural por meio da abordagem dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos, e legais. Carga horária: 90 h.

	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH Prát.	CHTL
Humanidades e Sociedade	Estado, Cultura e Cidadania	02	30	-	30
	Meio Ambiente e Ética	02	30	-	30
	Economia e Mercado	02	30	-	30
	Total	06	90	-	90

b) Eixo de Linguagens: que possui os seguintes temas geradores: Linguagens de natureza universal; Produção textual; Língua estrangeira instrumental.

Ementa do eixo: Conhecimentos e habilidades na área da linguagem instrumental. Expressão oral e escrita nas áreas de conhecimento, com foco em retórica e argumentação e produção de projetos, estudos, roteiros, ensaios, artigos, relatórios, laudos, perícias, apresentações orais etc. Linguagens simbólicas de natureza universal. O eixo possui a carga horária total de 90 h/a.

	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH Prát.	CH TTL
Linguagens	Leitura e Produção de Textos	04	30	30	60
	Comunicação Organizacional	02	30	-	30

	Total	06	60	30	90
--	--------------	-----------	-----------	-----------	-----------

c) **Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos** deve propiciar o enriquecimento curricular e possui os seguintes temas geradores: Contemporaneidade; Temáticas interdisciplinares. Neste eixo, são contempladas as disciplinas de Seminários Interdisciplinares e Atividades interdisciplinares que serão distribuídas ao longo do curso, em todos os semestres, com uma carga horária média de 15 créditos.

Ementa do eixo: Conhecimentos da tecnologia da informação e comunicação e questões emergentes na contemporaneidade. Compreende a proposição integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, visitas técnicas, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares. A carga horária deste eixo é de 90 h/a.

Estudos Integradores e Contemporâneos	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL
	Seminários Interdisciplinares I	01	-	15	15
	Seminários Interdisciplinares II	01	-	15	15
	Atividades Interdisciplinares Orientadas I	01	-	15	15
	Atividades Interdisciplinares Orientadas II	01	-	15	15
	Atividades Interdisciplinares Orientadas III	01	-	15	15
	Atividades Interdisciplinares Orientadas IV	01	-	15	15
	Total	06	-	90	90

d) **Eixo dos Saberes Epistemológicos:** Investigação científica para o entendimento da área de formação à luz da ciência e do contexto contemporâneo da respectiva profissão; reflexão sistemática sobre os compromissos da Universidade com a Educação Básica, Profissional e pós-graduação. Possui os seguintes temas geradores: Investigação da Prática e Formação Profissional. A carga horária prevista é de 90h/a.

Saberes Epistemológicos	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prat.	CHTL
	Introdução à Gestão de Projetos	02	30	-	30
	Sociologia das Organizações	04	60	-	60
	Organização, Sistemas e Métodos	02	30	-	30
	Total	08	120	-	120

e) **Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento:** que possui os seguintes temas geradores: Matrizes específicas da área: Gestão; Matemática; Contabilidade.

Ementa do eixo: Aspectos introdutórios à área de conhecimento, aos conteúdos básicos à formação e estudos do segundo ciclo. Saberes que buscam antecipar componentes curriculares básicos para a formação profissional específica possibilitando o aprofundamento num dado campo teórico ou teórico-prático, profissional disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar. A carga horária é de 300 h/a.

Fundamentos da Área de Conhecimento	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prat.	CHTL
	Estatística Aplicada à Gestão	02	30	-	30
	Gestão Financeira	04	60	-	60
	Teoria Geral da Administração	04	60	-	60
	Contabilidade Geral	02	30	-	30
	Sistemas de Informação em Gestão	02	30	-	30
	Direito e Legislação para Gestão	02	30	-	30
	Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes	04	45	15	60
	Total	20	285	15	300

2º. Ciclo – Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas

O 2º ciclo do curso de Gestão de Cooperativas corresponde à formação específica e está estruturado em eixos relativos à área de formação profissional. Este ciclo estrutura-se em 3 eixos: **Fundamentos do Cooperativismo, Planejamento e Organização de Cooperativas e Gestão de Cooperativas.** Abaixo relacionamos os referidos eixos, com a ementa, as disciplinas, a carga horária e os créditos correspondentes.

1. Eixo Fundamentos do Cooperativismo

Ementa: Concepção dos conhecimentos básicos que alicerçam a prática de gestão de cooperativas, voltada para o desenvolvimento da atuação profissional ética, responsável e eficiente. Com carga horária de 300 h/a.

Fundamentos do Cooperativismo	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL
	Introdução ao Cooperativismo	04	60	-	60
	Legislação Trabalhista e Sindical	04	60	-	60
	Sistemas de Informação em Gestão Aplicada ao Cooperativismo	04	60	-	60
	Contabilidade Aplicada a Cooperativas	04	60	-	60
	Marketing e Comercialização em Cooperativas	04	60	-	60
	Total	20	300	-	300

2. Eixo Planejamento e Organização de Cooperativas

Ementa: Compreensão da história política e social do desenvolvimento das atividades cooperadas. Abordagem das questões relativas ao relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho das Cooperativas. Desenvolvimento de projetos de constituição de Cooperativas. Carga horária de 300 h/a.

Planejamento e Organização de Cooperativas	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL
	Educação Cooperativista I	04	60	-	60
	Educação Cooperativista II	04	60	-	60
	Legislação Cooperativa e Tributária	04	60	-	60
	Organização de Cooperativas	04	60	-	60
	Elaboração de Projetos em Gestão de Cooperativas	07	60	45	105
	Total	23	300	45	345

3. Eixo Gestão de Cooperativas

Ementa: A dos aspectos político-econômicos da ação gestora com ênfase na profissionalização cooperativista. Compreensão das relações de trabalho construídas ao longo da História do Brasil. As Cooperativas e suas possibilidades de inserção e interferência no plano social. Carga horária de 480 h/a.

Gestão de Cooperativas	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL
	História do Trabalho no Brasil	04	60	-	60
	Cooperativas populares e economia solidária I	04	60	-	60
	Cooperativas populares e economia solidária II	04	60	-	60
	Gestão Estratégica de Cooperativas	04	60	-	60
	Crédito e Sistema Financeiro Nacional	04	60	-	60
	Balço e Responsabilidade Social das Cooperativas	04	60	-	60
	Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas I, II e III	09	90	45	135
	Total	33	450	45	495

A organização curricular esboçada a seguir tem o intuito de atender ao entrelaçamento entre os eixos de conhecimento já definidos. Essa articulação de conhecimentos é base para o trabalho interdisciplinar proposto. Para tanto, também é preciso ter em mente que a interdisciplinaridade não é um saber único e organizado, nem uma reunião ou abandono de disciplinas, mas uma atitude, uma forma de ver o mundo e de se conceber o conhecimento, que as disciplinas, isoladamente, não conseguem atingir e que surge da comunicação entre elas. Para que se obtenha essa atitude é necessário estudo, pesquisa, mudança de comportamento, trabalho em equipe e, principalmente, um projeto que oportunize a sua ação; “para a realização de um projeto interdisciplinar, existe a necessidade de um projeto inicial que seja suficientemente claro, coerente e detalhado, a fim de que as pessoas nele envolvidas sintam o desejo de fazer parte dele” (FAZENDA, 1995). A partir dessa organização, estruturou-se o seguinte fluxo curricular.

2.4.6.1. Matriz Curricular do Curso Superior de Gestão em Cooperativas

1º Semestre	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter disciplinas
	1. Leitura e Produção de Textos	4	30	30	60	3, 6
	2. Economia e Mercado	2	30	-	30	
	3. Estado, Cultura e Cidadania	2	30	-	30	1,6
	4. Gestão Financeira	4	60		60	
	5. Teoria Geral da Administração	4	60	-	60	
	6. Direito e Legislação para Gestão	2	30	-	30	1, 3
	7. Organização, Sistemas e Métodos	2	30	-	30	
	8. Seminários Interdisciplinares I	1	-	15	15	
	Total	21	270	45	315	

2º Semestre	Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter disciplinas
	9. Comunicação Organizacional	2	30	-	30	11, 15
	10. Sistemas de Informação em Gestão	2	30	-	30	
	11. Meio Ambiente e Ética	2	30	-	30	9, 15
	12. Introdução à Gestão de Projetos	2	30		30	
	13. Contabilidade Geral	2	30	-	30	
	14. Estatística Aplicada à Gestão	2	30	-	30	
	15. Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes	4	45	15	60	9, 11
	16. Sociologia das Organizações	4	60	-	60	
	17. Seminários Interdisciplinares II	1	-	15	15	
Total	21	285	30	315		

3º. SEMESTRE					
Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter disciplinas
18. Introdução ao Cooperativismo	4	60	-	60	19,20
19. Legislação Trabalhista e Sindical	4	60	-	60	18,20
20. História do Trabalho no Brasil	4	60	-	60	18,19
21. Contabilidade Aplicada a Cooperativas	4	60	-	60	
22. Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas I	3	30	15	45	
23. Atividades Interdisciplinares Orientadas I	1		15	15	
Total	20	270	30	300	

4º. SEMESTRE					
Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter Disciplinas
24. Marketing e Comercialização em Cooperativas	4	60	-	60	25,26
25. Educação Cooperativista I	4	60	-	60	24,26
26. Organização de Cooperativas	4	60	-	60	24,25
27. Legislação Cooperativa e Tributária	4	60	-	60	
28. Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas II	3	30	15	45	
29. Atividades Interdisciplinares Orientadas II	1		15	15	
Total	20	270	30	300	

5º. SEMESTRE					
Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter disciplinas
30. Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas III	3	30	15	45	
31. Crédito e Sistema Financeiro Nacional	4	60	-	60	32,33
32. Sistemas de Informação em Gestão Aplicada ao Cooperativismo	4	60	-	60	31,33
33. Educação Cooperativista II	4	60	-	60	
34. Cooperativas populares e economia solidária I	4	60	-	60	31,32
35. Atividades Interdisciplinares Orientadas III	1		15	15	
Total	20	270	30	300	

6º. SEMESTRE					
Disciplinas	Créd.	CH Teor.	CH prá.	CHTL	Inter Disciplinas
36. Elaboração de Projetos em Gestão de Cooperativas	7	60	45	105	X
37. Gestão Estratégica de Cooperativas	4	60	-	60	
38. Balanço e Responsabilidade Social das Cooperativas	4	60	-	60	
39. Cooperativas populares e economia solidária II	4	60	-	60	
40. Atividades Interdisciplinares Orientadas IV	1	-	15	15	
Total	20	240	60	300	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Créditos	130
Carga Horária Teórica	1.605 horas
Carga Horária Prática	225 horas
Subtotal	1.830 horas
Atividades Complementares	120 horas
Total Geral	1.950 horas

3. IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CURRÍCULO

Essa formulação curricular será discutida e planejada semestralmente ao longo do processo de implantação dos cursos REUNI, implicando um grande esforço coletivo, uma vez que o primeiro passo rumo a essa nova proposta é a mudança do paradigma institucional, da postura dos professores e de toda a comunidade acadêmica.

O segundo passo rumo à operacionalização do currículo interdisciplinar é a opção metodológica. Uma prática interdisciplinar pressupõe a observância a fundamentos ou "pistas" para uma transformação curricular e exige mudanças de atitude, procedimento, postura por parte dos educadores, tais como:

- sentir-se "parte do universo à parte; perceber-se interdisciplinar" (FAZENDA, 2006);
- historicizar e contextualizar os conteúdos (recuperar a memória dos acontecimentos, suas origens, causas, conseqüências e significações; buscar outras fontes como jornal, revistas, dentre outras);
- praticar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas e atividades do currículo;
- buscar intensamente uma atitude de busca, de pesquisa, de transformação, construção, investigação e descoberta;
- definir uma base teórica única como eixo norteador de todo o trabalho formativo, explicitando: Que tipo de homem queremos formar? Que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto escolar? Como estão situadas as relações interpessoais, a questão do poder, da autonomia e da centralização decisória no processo educacional?
- dinamizar a coordenação de área;
- recuperar o sentido do humano e da formação; buscar o mais profundo e significativo eixo da interdisciplinaridade, perguntando-se a todo momento: O que há de aprofundamento teórico-metodológico interdisciplinar nesta abordagem? Em que este conteúdo contribui para a formação profissional do aluno?
- propor projetos que articulem os conteúdos das diversas áreas de conhecimento.

Segundo Fazenda⁵ (1994), o novo currículo deve ser instituído por meio da busca de um novo conhecimento para que educação do futuro esteja centrada na formação de um

⁵ FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

profissional mais humano e mais consciente de seu papel político, social, cultural. Cabendo ao docente se qualificar para tornar viável essa caminhada. O significado curricular de cada disciplina não pode resultar de uma apreciação isolada de seu conteúdo, mas do modo como se articulam as disciplinas em seu conjunto; tal articulação é sempre tributária de uma sistematização filosófica mais abrangente, cujos princípios norteadores são necessários reconhecer.

Uma postura interdisciplinar instiga o pensamento para o enfrentamento das tensões e suas resoluções, assim, cada educador se torna responsável por introduzir discontinuidades para serem discutidas e compartilhadas pelo grupo no intuito de provocar o equilíbrio e o desequilíbrio que acarretarão mudanças. Uma postura interdisciplinar leva a revisitar o velho tornando-o novo e buscando o novo que se tornará velho, num eterno movimento dialético que é fundamental para desenvolver novos itens e proposições para discussão. Partindo de um olhar interdisciplinar se chegará ao transdisciplinar com mais entendimento.

4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A **avaliação do aluno** nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstos Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na

avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite “a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção”.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002: 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, o constroem. As questões “como”, “o quê” e “por quê” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consep 05/2005 art 4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde

convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Avaliação do curso e Avaliação Institucional

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861\2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil. Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PDI, 007). Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos;

pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura: análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

5. EMENTÁRIO

5.1 Ciclo de Formação Geral

1º semestre letivo

Disciplina: Leitura e Produção de Textos		
Créditos: 4	CH Teórica: 30	CH Prática: 30
Ementa: Prática de leitura e escrita de produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Redação Empresarial.		
Objetivo Geral: Desenvolver habilidades de compreensão e produção de textos pertencentes aos gêneros mais praticados na esfera acadêmica e empresarial. Textos empresariais e oficiais (correio eletrônico, carta comercial, ofício, ata, circular, memorando, comunicado, procuração).		
Bibliografia Básica: COSTA VAL, MARIA DA GRAÇA. Redação e textualidade . 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FERREIRA, Eric Duarte; CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. Redação Empresarial . UFSC/Departamento de Ciências da Administração: Florianópolis, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo: Atlas, 1991.		
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Maria Lúcia. Resenha . Paulistana: São Paulo, 2006.		

GOLD, Miriam. **Redação empresarial**: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. e. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.
 MOTTA-ROTH, Désirée (ORG.) **Redação Acadêmica: princípios básicos**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2001.

Disciplina: Economia e Mercado		
Créditos: 02	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Principais conceitos e preocupações da Ciência Econômica. Evolução das idéias econômicas e seu contexto histórico. Problemas econômicos. Noções da teoria microeconômica e sua importância. Noções da teoria macroeconômica e sua importância. Noções de desenvolvimento econômico.		
Objetivo Geral: Apresentar conceitos básicos de economia, sua evolução e seus principais instrumentos de análise a fim de discutir e entender as noções gerais de microeconomia, macroeconomia e desenvolvimento econômico.		
Bibliografia Básica: MANKIW, N. G. Introdução à economia . 3. ed. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2005. STIGLITZ, J. E. e WALSH, C. E. Introdução à micro economia . Rio de Janeiro: Campus, 2003. STIGLITZ, J. E. e WALSH, C. E. Introdução à macro economia . Rio de Janeiro: Campus, 2003.		
Bibliografia Complementar: CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Introdução à economia do turismo . São Paulo: Saraiva, 2005. GREMAUD, Amaury P.; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAS, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2007. SALVATORE, Dominick. Introdução à economia internacional . Rio de Janeiro: LTC, 2007.		

Disciplina: Estado, cultura e cidadania		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Concepções filosófico-políticas de estado e sociedade. Processos de construção da cidadania e da cultura. As políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania e da cultura no Brasil.		
Objetivo Geral: Compreender a formação do estado e sua articulação com a cidadania e a cultura, analisando as principais correntes teóricas que discutem a formação do estado e sua implicação sobre a cidadania e cultura.		
Bibliografia Básica: CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural . O direito a cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a cidadania . São Paulo: Editora34, 1998. VIANA, Nildo. Estado, democracia e cidadania . São Paulo: Achiamé, 2003.		
Bibliografia Complementar: CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia . São Paulo: Cortez, 2007. DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania . Campinas, SP: Papirus, 1996. MOTOYAMA, Shozo. Cidadania e cultura brasileira . São Paulo: EDUSP, 2001.		

Disciplina: Gestão Financeira		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Introdução à administração financeira. Capital de giro, fontes de financiamento. Análise das demonstrações financeiras. Administração de contas a receber e de estoques.		
Objetivo Geral: Apreender os fundamentos teóricos da Gestão Financeira e suas principais aplicações práticas.		
Bibliografia Básica: BRAGA, Roberto. Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira. São Paulo. Ed. Atlas. 1999. GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira – 10ª edição. Ed. Bookman, Porto Alegre – 2004. SANVICENTE, A. Z. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1996.		
Bibliografia Complementar: BREALEY, Richard A. e MYERS, Stewart C. Financiamento e Gestão de Risco. Porto Alegre: Bookman, 2005. DAMODARAN, Aswath. Finanças Corporativas – teoria e prática. Porto Alegre: Bookman, 2004. ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph. & JAFFRE, Jeffrey F. Administração Financeira – Corporate Finance, São Paulo, Atlas, 1996.		

Disciplina: Teoria Geral da Administração		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Bases históricas da evolução das teorias administrativas. Escola clássica. Escola das relações humanas. Escola burocrática. Abordagens da administração: comportamental, sistêmica, contingencial. Planejamento, organização, direção e controle		
Objetivo Geral: Apresentar as principais escolas/abordagens administrativas, as funções e áreas da administração, analisando suas contribuições.		
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. LACOMBE, F.J.M.; HEILBORN, G.L.J. Administração: princípios e tendências. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2003 MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2008. PETER, J. P.; CERTO, Samuel. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005. SILVA, Edoson Aurélio da; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Gestão de negócios. São Paulo: Saraiva, 2008.		

Disciplina: Direito e legislação para gestão		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Noções fundamentais de Direito Administrativo: legislação, interpretação, prática.		

Agências reguladoras, parcerias público-privadas, contratos de gestão, agências executivas, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público.

Objetivo Geral: Desenvolver noções fundamentais de Direito aplicado à gestão.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, Ladio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para cursos de administração.** São Paulo: Ática, 2007.

HERKENHOFF, João Batista. **Lições de direito para profissionais e estudantes de administração.** São Paulo: Fundo de Cultura, 2006.

SANTOS, Adair Loredó; INGLESÍ, Carlos Eduardo. **Direito administrativo:** interpretação doutrinária, legislação, prática, jurisprudência comentada São Paulo: Nacional, 2008.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Daniela Mello. **Administração pública gerencial e direito.** São Paulo: Mandamentos, 2004.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Nacional, 2007.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito administrativo.** 21. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Organização, Sistemas e Métodos

Créditos: 2

CH Teórica: 30

CH Prática: 0

Ementa: Estruturas organizacionais de empresas. Ambiente organizacional. Estruturas e dinâmica ambiental. Metodologia de trabalho. Perfil do gestor. Ferramentas atuais de gestão. Temas emergentes em gestão.

Objetivo Geral: Conhecer e identificar os condicionantes e componentes da estrutura organizacional das instituições, capacitando-se para analisar e tomar decisões sobre as alternativas de estrutura organizacional para diferentes contextos institucionais.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, D. P. R **Sistemas, organização e métodos:** uma abordagem gerencial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CURY, A. **Organização e métodos:** uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005

DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças.** S. Paulo: Pioneira, 1995.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO. Luis C. G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias.** São Paulo: Atlas, 2008.

BALLESTERO ALVARES, M. E. **Manual de organização, sistemas e métodos.** São Paulo: Atlas, 2006.

BIRLEY, S. & MUZYKA, D. E. **Dominando os desafios do empreendedor.** São Paulo: Makron, 2001.

Disciplina: Seminários Interdisciplinares I

Créditos: 1

CH Teórica: 0

CH Prática: 15

Ementa: Realização de eventos para discussão de temáticas multi e transdisciplinares, desenvolvendo o senso analítico-crítico.

Bibliografia: Indicada pelos professores conforme as atividades desenvolvidas no semestre.

Disciplina: Comunicação Organizacional		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Instrumentos de comunicação interna e externa. Imagem e conceito organizacional. Relacionamento com a mídia.		
Objetivo Geral: Compreender os processos e os instrumentos de comunicação nas organizações e as estratégias de relacionamento com a mídia.		
Bibliografia Básica: BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: teoria e pesquisa. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. GARCIA, Maria Tereza. A arte de se relacionar com a imprensa. São Paulo: Novatec, 2003. TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Thomson, 2002.		
Bibliografia Complementar: CAHEN, Roger. Tudo que seus gurus não lhe contaram sobre comunicação empresarial – a imagem como patrimônio da empresa e ferramenta de marketing. São Paulo: Best Seller, 2003. NEVES, Roberto de Castro. Comunicação empresarial integrada: como gerar imagem, questões públicas, comunicação simbólica e crises empresariais. Rio de Janeiro, Mauad, 2001. BAHIA, Juarez. Introdução à comunicação empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.		

Disciplina: Sistemas de Informação em Gestão		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Fundamentos de sistemas de informação (SI). Tipos fundamentais de SI. Tecnologia de Sistemas de Informação. Projeto de banco de dados e modelos de entidades-relacionamentos (MER). Modelo relacional e normalização. Utilização de sistemas de gestão de bancos de dados relacionais. Criação de um sistema de informação. Sistemas de informação geográficos. Comércio eletrônico. Internet, Intranet e Data Warehousing.		
Objetivo Geral: Conhecer os fundamentos de sistemas de informação e operacionalizá-los nas atividades relativas à gestão.		
Bibliografia Básica: CORTES, Pedro Luiz. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Saraiva, 2008. MEDEIROS, Marcelo. Banco de dados para sistemas de informação. São Paulo: Visual Books, 2006. SILVA, Nelson Peres da. Análise e estruturas de sistemas de informação. São Paulo: Érica, 2007.		
Bibliografia Complementar: MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de informação. São Paulo: Saraiva, 2005. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática. São Paulo: Atlas, 2008. STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.		

Disciplina: Meio Ambiente e Ética		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Meio ambiente e sua preservação. O homem como ser integrante do meio ambiente. Ética e meio ambiente: concepções filosóficas e científicas sobre a relação do homem com a natureza. Pensamento ético e gestão atual dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente: direitos e deveres em relação ao meio ambiente, degradação ambiental e impactos sociais. Gestão ética dos recursos naturais. Vantagens sociais e econômicas de uma gestão consciente dos recursos naturais e da manutenção do meio ambiente.		
Objetivo Geral: Compreender o que é a ética e como ela se relaciona com a reflexão sobre o meio ambiente por meio das principais correntes de pensamentos que discutem a relação homem-natureza.		
Bibliografia Básica: PELIZZOLI, Marcelo Luiz. Correntes da ética ambiental . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. SINGER, Peter. Ética prática . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética . 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.		
Bibliografia Complementar: ASHEY, Patrícia. Ética e responsabilidade nos negócios . São Paulo: Saraiva, 2002 GRUN, Mauro. Em busca da dimensão ética da educação ambiental . Campinas, SP: Papirus, 2007. JAMIESON, Dale (coord.). Manual de Filosofia Ambiental . Lisboa: Instituto Piaget, 2003.		

Disciplina: Introdução à Gestão de Projetos		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: conceitos e tipologias de projetos. Plano, programa e projeto. Planejamento e gestão. Estrutura e organização. Modelos e elaboração.		
Objetivo Geral: apresentar os principais componentes de um projeto de gestão, analisando cada etapa de sua construção.		
Bibliografia Básica: DISNMORE, Paul Campbell; NETO, Fernando da Silveira. Gerenciamento de projetos: como gerenciar seu projeto com qualidade dentro do prazo e custos previstos. São Paulo: Qualitymark, 2004. KERZNER, Harold. Gestão de Projetos: as melhores práticas. 2ª Edição. São Paulo: Bookman, 2006. VALERIANO, Dalton. Moderno Gerenciamento de Projetos . Prentice Hall, São Paulo, 2005.		
Bibliografia Complementar: BERKUN, Scott. A Arte do Gerenciamento de Projetos . São Paulo: Bookman, 2008. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2008. TENÓRIO, Fernando Guilherme. Elaboração de projetos comunitários . São Paulo: Edições Loyola, 1995.		

Disciplina: Contabilidade Geral		
Créditos: 2	CH Teórica: 30	CH Prática: 0
Ementa: Campo de atuação. O objeto da contabilidade. Patrimônio: estrutura e variação. Registros contábeis. Despesas e receitas. Plano de contas. Operações com mercadorias e		

controle de estoques. Balanço patrimonial. Demonstração de resultados do exercício e demonstração de fluxo de caixa. Indicadores econômicos e financeiros.

Objetivo Geral: Compreender os conceitos básicos de contabilidade geral e operacionalizá-los na análise dos principais relatórios emitidos pela contabilidade.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, A. L. **Fundamentos da contabilidade geral**. Curitiba: Juruá, 2005

SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2001

SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. **Contabilidade básica: livro de exercícios**. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina: Estatística Aplicada à Gestão

Créditos: 2

CH Teórica: 30

CH Prática: 0

Ementa: Estatística descritiva: representação tabular e gráfica. Medidas de tendência central e dispersão. Probabilidade: definições e teoremas. Distribuições de probabilidade - esperança matemática. Principais distribuições: binomial, Poisson e normal. Noções de amostragem. Inferência estatística. Correlação linear simples. Análise de regressão.

Objetivo Geral: Desenvolver conhecimentos elementares de estatística relacionados à organização de dados em tabelas e gráficos, medidas descritivas, noção de variabilidade de dados de observação e análise de informações econômicas.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, D. R. et alli. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PEREIRA, P. H. **Noções de estatística**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SILVER, M. **Estatística para administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

BUSSAB, Wilton, MORETTIN. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARHAT, Cecília A. V.; ELIAN, Silvia Nagib. **Estatística básica**. São Paulo: LTC, 2006.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo I. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes

Créditos: 04

CH Teórica: 45

CH Prática: 15

Ementa: Estudo de tecnologia de intervenção psicológica nas organizações. Desenvolvimento do potencial humano, desenvolvimento das organizações e gerenciamento de equipes. Indivíduo, trabalho e dinâmica das organizações. Planejamento e políticas de recursos humanos nas organizações: cultura e poder.

Objetivo Geral: Desenvolver técnicas de gerenciamento de equipes visando uma melhor administração de pessoal nas organizações.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Dinael C. de. **Atuando em psicologia do trabalho: psicologia organizacional e recursos humanos**. São Paulo: LTC, 2008.

SPECTOR, Paul (et al). **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ZANELLI, José Carlos (et al). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Maria A, F. de. **Psicologia aplicada a administração**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MCCANN, Dick (org). **Gerenciamento de equipes**. São Paulo: Saraiva, 1996.

RODRIGUES, Aroldo (et al). **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Disciplina: Sociologia das Organizações

Créditos: 4

CH Teórica: 60

CH Prática: 0

Ementa: Sociologia geral e sociologia aplicada à Administração. O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Mudança organizacional. Cultura das organizações.

Objetivo Geral: Conhecer a ciência do comportamento humano no seio das organizações a partir das principais correntes da teoria sociológica e da prática de investigação das questões sociais atuais, analisando criticamente a complexa estrutura das instituições e organizações sociais em seus processos administrativos de transformação e na interdependência de suas dimensões econômica, política e social.

Bibliografia Básica:

BERNARDES, Cyro MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à Administração**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (Coords). **Cultura e poder nas organizações**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

HOWARD, Robert (Org.) **Aprendizado organizacional: gestão de pessoas para a inovação contínua**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Disciplina: Seminários Interdisciplinares II

Créditos: 1

CH Teórica: 0

CH Prática: 15

Ementa: Realização de eventos para discussão de temáticas multi e transdisciplinares, desenvolvendo o senso analítico-crítico.

Bibliografia: Indicada pelos professores conforme as atividades desenvolvidas no semestre.

5.2 Ciclo de Formação Profissional

3º semestre letivo

Introdução ao Cooperativismo

Créditos: 4

CH Teórica: 60

CH Prática: 0

Ementa:

Cooperativismo e contexto político. História das formas associativas e do cooperativismo. Doutrina cooperativista. Abordagem dos princípios gerais que regem a organização de

entidades cooperativistas e introdução às modalidades de associações cooperativadas. Diferentes modelos de gestão em cooperativas. Processo de tomada de decisão, organização hierárquica e forma de participação dos colaboradores contratados.

Objetivo Geral:

Compreender os princípios do cooperativismo e como devem se estruturar as associações cooperativadas para atendê-los.

Bibliografia Básica:

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. 3. ed. São Paulo: ICA, 1996.
 MENEZES NETO, Antonio Julio. **Cooperativismo e Trabalho**. São Paulo: Quartet Editora, 2003.
 PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente ária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia Complementar:

BENATO, João Vitorino Azolin. **Cooperativismo: encontros e desencontros**. São Paulo: ICA, 1994.
 PINHO, D. B. (Org.). **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista – suas modificações e sua utilidade**. São Paulo: Editora Pioneira, 1966.
 POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1999.

História do Trabalho no Brasil

Créditos: 4

CH Teórica: 60

CH Prática: 0

Ementa

As relações de trabalho na História do Brasil. A República e a herança colonial escravista. Os anos 30 e a política trabalhista. A organização dos trabalhadores durante a ditadura militar brasileira. A transição para a democracia e os movimentos de reivindicação trabalhista.

Objetivo Geral:

Demonstrar as diversas formas de relação trabalhista presentes ao longo da História do Brasil e debater os movimentos de organização e reivindicação dos trabalhadores brasileiros.

Bibliografia Básica:

LINHARES, Maria Yedda (org.) História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil – opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
 SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.) Mundo Rural e política. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume-Damurá, 1994.

MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.		
Legislação Trabalhista e Sindical		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Doutrina, legislação e jurisprudência que dizem respeito à Legislação Trabalhista e à Legislação Sindical no Brasil, com ênfase para os processos cooperados. Estrutura sindical do cooperativismo brasileiro.		
Objetivo Geral: Conhecer a Legislação Trabalhista e Sindical e refletir sobre a normatização dessas formas de legislação em entidades cooperativadas.		
Bibliografia Básica: BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. Direito sindical . São Paulo: LTR, 2000. DAIDONE, Décio Sebastião. CLT 2001 – Legislação Trabalhista Complementar . São Paulo: Método, 2001. GUIMARÃES, João Carlos Siqueira. Roteiro de Legislação Trabalhista . 5 ed. São Paulo: LTR, 2007.		
Bibliografia Complementar: DALLEGRAVE NETO, José Afonso. Inovações na Legislação Trabalhista . São Paulo: LTR, 2002. HOEPPNER, Marcos Garcia. Legislação trabalhista aplicada . : Primeira Impressão, 2003. MORALES, Cláudio Rodrigues. Manual Prático do Sindicalismo . São Paulo: LTR, 1999.		

Contabilidade Aplicada a Cooperativas		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Contabilidade em Cooperativas. Fusão incorporação, dissolução e liquidação de Cooperativas Operações com mercadorias. Operações financeiras referentes à atividade comercial. Obrigações tributárias e fatos trabalhistas e previdenciários.		
Objetivo Geral: Desenvolver conhecimentos sobre a constituição de uma empresa comercial, capacitando-se a operações de elaboração de demonstrativos contábeis que resguardem os objetivos sociais e de patrimônio de cooperativas.		
Bibliografia Básica: ANDRADE, Eurice Mamede de. Contabilidade Comercial . São Paulo: Campus, 2001. GONÇALVES, César Schmidt. Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas : aplicação em uma cooperativa de trabalho. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. PEREIRA, Anísio Candido. Contribuição à Análise e Estruturação das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras – Ensaio de Abordagem Social. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.		

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Célia. . **Contabilidade ambiental:** ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

GRECO, Alvisio Lahorgue; AREND, Lauro. **Contabilidade:** teoria e prática básicas. 6. ed Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1996.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade comercial:** atualizado conforme o novo código civil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas I**Créditos: 3****CH Teórica: 30****CH Prática: 15****Ementa:**

Integração dos conhecimentos sistematizados nos semestres precedentes com ênfase para a temática: condições de oferta e de demanda de produtos cooperados: tecnologia, custos, preferências e políticas públicas no cenário da Amazônia.

Objetivo Geral:

Relacionar as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos a partir do estudo de temas de relevância para a gestão cooperativada.

Bibliografia Básica:

BENATO, J. V. A. **Cooperativas e sua administração.** São Paulo: OCESP, 1992.

PINHO, D. B. **Administração de cooperativas.** Brasília: CNPq, 1996.

SANTANA, A. C. de; AMIM, M. M. **Cadeias produtivas e oportunidades de negócio na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2002.

Bibliografia Complementar:

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão agroindustrial.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: uma Solução para os Problemas Atuais.** Vitória: OCEES, 1996.

TESCH, W. **Dicionário básico do cooperativismo.** Brasília: SESCOOP, 2000.

Atividades Interdisciplinares Orientadas I**Créditos: 1****CH Teórica : 15****CH Prática:****Tema:** Trabalho, Cooperativas e Legislação**4º semestre****Marketing e Comercialização em Cooperativas****Créditos: 4****CH Teórica: 60****CH Prática: 0****Ementa:**

Princípios e conceitos do Marketing e de sua gestão aplicada ao cooperativismo. Fundamentos de Marketing, de Comercialização e de Comunicação aplicados ao cooperativismo.

Objetivo Geral:

Compreender a utilização do Marketing e da Comercialização dentro dos sistemas cooperados como ferramentas voltadas à adequação das práticas de trabalho às tendências

de mercado.

Bibliografia Básica:

ANSOFF, Igor H. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas 1990.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. Rio de Janeiro: Editora Prentice Hall Brasil, 1993.

LODISH, Leonard. **Empreendedorismo e Marketing**. São Paulo: Campus, 2002.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 1996.

PORTER, M. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Tradução de Elisabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SANTOS, E. **Criação de valor econômico em cooperativas agroindustriais**. Lavras: UFLA, 2002.

Educação Cooperativista		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática 60
Ementa: Autogestão e participação em cooperativas. Problematizações dos relacionamentos nas cooperativas. Educação e participação em organizações econômicas populares.		
Objetivos gerais: Discutir a autogestão como alternativa para a organização trabalhista. Problematizar o relacionamento humano na organização cooperativista.		
Bibliografia Básica: ALMEIDA, J. Autogestão e desenvolvimento: conteúdos, metodologias e projeto educativo . I Reunião dos Especialistas do Cifadra, 1992. ANTAS, Edenise. O caráter educativo dos processos de participação nas organizações econômicas populares . A experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004. SCHULZE, E. Estrutura do poder em cooperativas . <i>Perspectiva Econômica</i> , vol, 22, Nº 59, 1987, (Cooperativismo 22), p. 51.		
Bibliografia Complementar: BAIERLE, Maria de Fátima. “Educação Popular e Economia Solidária em Porto Alegre”. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos .. Brasília: Inep/MEC DF, 2005. BONAMIGO, Carlos Antônio. Para mim foi uma escola...O princípio educativo de trabalho cooperativo . Passo Fundo, RS: UPF, 2002. FRANTZ, W. . Educação para o cooperativismo . A experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Ijuí: Editora UNIJUI, 2001.		

Organização de Cooperativas		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Modelos de gestão, organização, direção e controle de cooperativas. Modelos de organização do quadro social.		
Objetivo Geral: Conhecer os modelos de organização e gestão de cooperativas e o quadro social.		
Bibliografia Básica: CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas e autogestão do conhecimento . São Paulo: FGV, 2008. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Manual de gestão de cooperativas . São Paulo: Atlas, 2006. RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização . Rio de Janeiro: DP & A, 2000.		
Bibliografia Complementar: VASCONCELOS, Francisco das Chagas. Cooperativas . São Paulo: Iglu, 2001. YOUNG, Lucia Helena Briski. Sociedades cooperativas . Curitiba, PR: Juruá, 2008. YOUNG, Lucia Helena Briski. Sociedades cooperativas: resumo prático . Curitiba, PR: Juruá, 2007.		

Legislação Cooperativa e Tributária		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Legislação brasileira e direito cooperativo: associações, sociedades civis e fundações. Organização social (OS) e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Registros e questões estatutárias. Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias. Ato cooperativo e não cooperativo. Benefícios fiscais e imunidades.		
Objetivo Geral: Conhecer e discutir a legislação brasileira aplicada a cooperativas e suas implicações.		
Bibliografia Básica: KRUEGER, Guilherme. Cooperativismo e novo código civil . Belo Horizonte, MG: Mandamentos, 2005. MEINEN, Enio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGES, Jane Aparecida Stefanis. Aspectos jurídicos do cooperativismo . Porto Alegre, RS: Sagra-Luzzato, 2002. MEINEN, Ênio et al. O adequado Tratamento Tributário das Sociedades Cooperativas . á. Sagra Luzzatto, 2003.		
Bibliografia Complementar: KRUEGER, Guilherme; DE MIRANDA, André Branco (coord.) Comentários à Legislação das Sociedades Cooperativas . BH: Mandamentos, 2007. Tomo II PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e lei . São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001. VERAS NETO, Francisco Quintanilha. Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica . Curitiba, PR: Juruá: 2001.		

Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas II		
Créditos: 3	CH Teórica: 30	CH Prática: 15
Ementa: Integração dos conhecimentos sistematizados nos semestres precedentes com ênfase para as temáticas: as organizações de pequenos produtores, o papel do estado na formação de associações cooperadas e experiências de desenvolvimento rural.		
Objetivo Geral: Relacionar as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos a partir do estudo de temas de relevância para a gestão cooperativada.		
Bibliografia Básica: BENATO, J. V. A. Cooperativas e sua administração . São Paulo: OCESP, 1992. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de gestão das cooperativas . São Paulo: Atlas, 2001.		
Bibliografia Complementar: BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão agroindustrial . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. RICCIARDI, L. Cooperativismo: uma Solução para os Problemas Atuais . Vitória: OCEES, 1996. TESCH, W. Dicionário básico do cooperativismo . Brasília: SESCOOP, 2000.		

Atividades Interdisciplinares Orientadas II		
Créditos: 1	CH Teórica : 15	CH Prática:
Tema: Educação, Organização e Marketing		

5º semestre letivo

Crédito e Sistema Financeiro Nacional		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Cooperativismo de crédito no Brasil. Conceito de crédito e principais etapas do processo de concessão de crédito. A evolução e a estrutura atual do sistema financeiro nacional. O banco e seus produtos e serviços financeiros.		
Objetivo Geral: Compreender as principais formas de concessão de crédito no país, analisando suas implicações.		
Bibliografia Básica: BERNI, Mauro Tadeu. Operação e concessão de crédito . São Paulo: Atlas, 1999. CARVALHO, Fernando J. Cardim; SOUZA, Francisco E. P.; SICSU, João; STUDART, Rogério. Economia monetária e financeira: teoria e política . Rio de Janeiro: Campus, 2007.		

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

COSTA, Fernando N. da. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron, 1999.

LIMA, Maurício. **Guia para concessão de crédito comercial**. Editecna, 2003.

Sistemas de Informação em Gestão Aplicada ao Cooperativismo

Créditos: 4

CH Teórica: 60

CH Prática: 0

Ementa:

Planejamento estratégico e técnicas de elaboração de banco de dados segundo sistemas de informações diversos seguros e aplicados ao cooperativismo.

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidade de criação e operacionalização eficiente e segura de diferentes sistemas de informação aplicados ao cooperativismo.

Bibliografia Básica:

BENATO, João Vitorino Azolin. **Cooperativas e sua administração**. São Paulo: OCESP, 1992.

FURLAN, José Davi; IVO, Ivonildo da Motta; AMARAL, Francisco Piedade. **Sistemas de informações executivas: como integrar os executivos ao sistema informacional da empresas**. São Paulo: Makron Books, 1994.

STAIR, Ralph M. **Princípios de Sistemas de Informação**. São Paulo: Thomson Pioneira, .

Bibliografia Complementar:

KOLOSWSKI, J. P. **Autogestão nas cooperativas: liberdade com responsabilidade**. Curitiba: Ocepar, 1992.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. Rio de Janeiro: Prentice Hall Brasil, 2007.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais**. Vitória: Coopermídia, 1996.

Gestão Estratégica de Cooperativas

Créditos: 4

CH Teórica: 60

CH Prática: 0

Ementa:

Mercados e políticas de compras e de vendas em comum. Finanças e contabilidade: gerenciamento dos negócios e rendimento dos associados. Eficácia na gestão. Conflitos de interesse gerencial e dos sócios. Planejamento estratégico participativo. Indicadores de avaliação.

Objetivo Geral:

Compreender os sistemas estratégicos de planejamento e gerenciamento aplicados à gestão

de cooperativas.
<p>Bibliografia Básica: COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão Estratégica, da empresa que temos à empresa que queremos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais do séc. XXI. São Paulo: Pioneira, 1991. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, Manual de Gestão das Cooperativas, Uma Abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2006.</p>
<p>Bibliografia Complementar: AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para um novo associativismo. São Paulo: Lua Nova, 1997. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas e autogestão do conhecimento. São Paulo: FGV, 2008.</p>

Estudos de Caso em Gestão de Cooperativas III		
Créditos: 3	CH Teórica: 30	CH Prática: 15
<p>Ementa: Integração dos conhecimentos sistematizados nos semestres precedentes com ênfase para as temáticas: economia de empresas, estratégias de negócios de cooperativas e avaliação de eficiência ambiental, econômica e social da empresa cooperativada.</p>		
<p>Objetivo Geral: Relacionar as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos a partir do estudo de temas de relevância para a gestão cooperativada.</p>		
<p>Bibliografia Básica: BENATO, J. V. A. Cooperativas e sua administração. São Paulo: OCESP, 1992. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de gestão das cooperativas. São Paulo: Atlas, 2001.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão agroindustrial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. RICCIARDI, L. Cooperativismo: uma Solução para os Problemas Atuais. Vitória: OCEES, 1996. TESCH, W. Dicionário básico do cooperativismo. Brasília: SESCOOP, 2000.</p>		

Cooperativas populares e economia solidária I		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
<p>Ementa: A economia nos setores populares. Economia solidária como alternativa ao modelo capitalista neoliberal. As mudanças no mundo do trabalho durante o século XX.</p>		
<p>Objetivo Geral: Debater a economia solidária como alternativa ao mundo do trabalho. Discutir os diversos exemplos brasileiros de cooperativas populares.</p>		
<p>Bibliografia Básica: ANDRADE, Marcia C. ; ANDRADE, G. M. ; MELO, M. O. . “Como Montar uma Incubadora de Empreendimentos de Economia Popular Solidária.” In: Euclides André</p>		

Mance. (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, v. 00061, p. 199-206.

KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco & COSTA, Beatriz (Org's). **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000 p.167-198.

NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. **In:** , Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto. 2000. Pp. 65-80.

Bibliografia Complementar:

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá (Org.). **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Ed. Expressão. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.) **Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002, 127 p.

Educação Cooperativista II

Créditos:4

CH Teórica:60

CH Prática: 0

Ementa: Formação e competências para participação em cooperativas. A percepção da cooperativa como centro de coesão de grupos. A organização de grupos e o debate de metas comuns.

Objetivos gerais: debater e definir as competências necessárias para gerir e participar de organizações cooperativistas. Problematicar a organização de grupos e a seleção das metas a serem alcançadas.

Bibliografia Básica:

ANTAS, Edenise. O caráter educativo dos processos de participação nas organizações econômicas populares. A experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004

BONAMIGO, Carlos Antônio. Para mim foi uma escola...O princípio educativo de trabalho cooperativo. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

DAL RI, N.M. ; VIEITEZ, C. G. . Políticas públicas para a educação cooperativista. Educação em Revista, Marília, v. 1, p. 121-129, 2000.

Bibliografia Complementar:

FRANTZ, W. . Organizações Solidárias e cooperativas: espaços de educação e bases da economia solidária. Ijuí: UNIJUI, 2006 (Bibliografia, Cadernos).

GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (org.). Educação comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da nossa época; v. 25).

KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.) . Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005. 104 p.

Atividades Interdisciplinares Orientadas III		
Créditos: 1	CH Teórica : 15	CH Prática:
Tema: Economia Solidária, Crédito e Informatização		

6º semestre letivo

Elaboração de Projetos em Gestão de Cooperativas		
Créditos: 7	CH Teórica: 60	CH Prática: 45
<p>Ementa:</p> <p>Aplicação em Trabalho de Conclusão de Curso dos princípios organizativos e jurídicos para a constituição e o funcionamento de uma cooperativa; construção de Estatuto Social, de assembleia, de Regimento Interno, de tributos e de demais documentos relacionados à constituição de entidades cooperadas.</p>		
<p>Objetivo Geral: Desenvolver habilidades elaborativas de instrumentais necessários à constituição de cooperativas, considerando-se a legislação em vigor.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>MEINEN, Enio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGES, Jane Aparecida Stefanos. Aspectos jurídicos do cooperativismo. Porto Alegre, RS: Sagra-Luzzato, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Nestor Braz de. Cooperativismo – Guia Prático. 2 ed. OCERGS, Porto Alegre, 1984.</p> <p>PASSOS, Maria Luiza Gomes de Souza. Gerenciamento de projetos para pequenas empresas. Brasport, 2008.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>KRUEGER, Guilherme; DE MIRANDA, André Branco (coord.) Comentários à Legislação das Sociedades Cooperativas. BH: Mandamentos, 2007. Tomo II</p> <p>OCB. Orientação para constituição de cooperativas. 3 ed. Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília, 1991.</p> <p>PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e lei. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.</p>		

Balço e Responsabilidade Social das Cooperativas		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Balço social no Brasil. Responsabilidade social empresarial cooperativa e meio ambiente. Ética e responsabilidade social. Vantagens da empresa cooperativa com políticas e práticas de responsabilidade social. Projetos e ações de responsabilidade social.		
Objetivo Geral: Adquirir subsídios para uma gestão socialmente responsável.		
Bibliografia Básica: ASHLEY, Patrícia. Ética e responsabilidade social nos negócios . São Paulo: Saraiva, 2005. COSTA, Eduardo Homem da. Fundamentos de responsabilidade empresarial . Rio de Janeiro: Eduardo Homem, 2007. GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. A responsabilidade e o social : uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.		
Bibliografia Complementar: BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. Responsabilidade social das empresas : práticas sociais e regulamentação jurídica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006. MAIA, Paulo Leandro. Introdução à ética e responsabilidade social . São Paulo: Leud, 2007.		

Cooperativas populares e economia solidária II		
Créditos: 4	CH Teórica: 60	CH Prática: 0
Ementa: Centralização e descentralização no mundo do trabalho. As cooperativas populares no Brasil. Cooperativas e economia solidária.		
Objetivo Geral: Discutir a descentralização do mundo do trabalho na contemporaneidade. A inserção das cooperativas populares na economia brasileira. A relação entre economia solidária e organizações cooperativistas.		
Bibliografia básica: ALVES, Marco Antonio Perez. Cooperativismo – Arte e Ciência , Ed. LEUD, 2003.		

MANCE, Euclides André. A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
 RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP : Cortez, 1995
 SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.
 RIOS, Gilvano Sá Leitão. **O que é o cooperativismo?**, Coleção Primeiros Passos, v. 189, 1987, São Paulo.

Atividades Interdisciplinares Orientadas IV

Créditos: 1

CH Teórica : 15

CH Prática:

Tema: Elaboração de projetos

6 - SEMINÁRIOS /ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES ORIENTADAS

O Eixo de Estudos Integradores e Interdisciplinares será realizado em forma de Seminários e Atividades Interdisciplinares Orientadas que visam à exploração de temáticas que fazem parte do imenso corpo de conhecimentos em que as áreas de conhecimento se apóiam, mas que nem sempre constam de um currículo regular ou é apresentado com o devido rigor e aprofundamento. Além desse aprofundamento na área de conhecimento, devem buscar os seguintes desdobramentos:

- introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.
- dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Os Seminários e Atividades Interdisciplinares Orientadas representam uma tentativa de abordar temáticas atuais dialogando com as disciplinas do currículo do curso com a intenção precípua de elevar o nível de compreensão e debate sobre fenômenos ou problemáticas de relevância. Isso significa que nesses espaços curriculares, dispostos ao longo do curso, devemos buscar uma maior apropriação sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, interconectando os diversos elementos, que vão surgindo no decorrer dos semestres, seja pelos conteúdos trabalhados nas disciplinas, seja pelas descobertas feitas por meio de pesquisas realizadas, ou pelo desencadeamento de situações pontuais. Podem também representar os espaços curriculares para a realização de atividades práticas, visitas técnicas orientadas, tendo em vista a especificidades da área de conhecimento.

Em relação às formas de integração dos Seminários e Atividades Interdisciplinares, SANTOMÉ (1998: 206) afirma que há quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.

Além da possibilidade ainda de integração através de conceitos, em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, com base em instituições e grupos humanos, em torno de descobertas e invenções e mediante áreas de conhecimento.

O objetivo principal dos Seminários e Atividades Interdisciplinares Orientadas é fazer um

elo vertical e horizontal entre todas as disciplinas do curso. Vertical quando se refere às disciplinas do semestre e horizontal em relação às disciplinas ao longo do curso. A proposta é ampliar os conceitos e debates sobre questões desenvolvidas no curso, a partir de temas geradores voltados à contemporaneidade, de forma integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares.

O planejamento e oferta desses estudos integradores devem buscar a articulação com todos os eixos e ciclos do curso, da área de conhecimento, devendo, pelo menos, 20% de sua carga horária ser executada em articulação com os cursos de outras áreas de conhecimento. Dessa maneira, os Seminários Interdisciplinares, dispostos ao longo do curso, devem com outras áreas de conhecimento promover o processo de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Os objetivos de cada uma das etapas, assim como as temáticas e respectivas abordagens e formas de avaliação serão definidas quando do planejamento semestral da área e do curso. Os Seminários Interdisciplinares deverão oferecer, semestralmente, um leque de opções, concebidas como espaços de reflexão sobre âmbitos de confluência das áreas específicas e devem ser discutidas e planejadas junto à Comissão de Articulação e Planejamento dos cursos de graduação.

Questões complementares:

- Os Seminários e Atividades Interdisciplinares Orientadas serão obrigatórios aos alunos regularmente matriculados nos cursos das áreas afins, uma vez que serão formalmente avaliados e terão carga horária computada no histórico escolar. Serão abertos também para alunos de outras áreas, desde que haja vaga e seja solicitada matrícula pelos estudantes nas coordenações das áreas.
- Os Seminários e Atividades deverão ter carga horária correspondente a 01 (hum) ou mais créditos, e estarão disponibilizados semestralmente aos alunos. Após deliberação das temáticas e áreas contempladas, a organização e definição das formas de participação e avaliação ficarão sob a responsabilidade de dois ou mais professores em cada semestre e com possibilidade de divisão dos alunos em dois grupos.

A realização dessa dinâmica será efetivada por meio de contatos permanentes entre os professores objetivando aproximar conteúdos, estabelecendo diálogos entre diferentes questões. Como exemplo dessa proposta torna-se possível visualizar uma aproximação entre as disciplinas de Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes e Sociologia das Organizações, buscando observar pontos de complementação e de divergências teóricas e metodológicas relativas a seus objetos de estudo. Por essa dinâmica seria possível demonstrar aos alunos que perspectivas divergentes ou convergentes podem complementar-se sem que necessariamente entrem em conflito ou em processo de simples repetição.

A interdisciplinaridade, princípio norteador da proposta de adesão da UFT ao REUNI, será desenvolvida a partir da aproximação de conteúdos desenvolvidos em disciplinas diferentes, considerando-se sempre que tais circunstâncias devem ser construídas observando-se afinidades e divergências entre a orientação teórico-metodológica do corpo docente. Como exemplo dessa proposta torna-se possível visualizar uma aproximação entre as disciplinas de Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes e Sociologia das Organizações buscando observar pontos de complementação e de divergências teóricas e metodológicas relativas a seus objetos de estudo. Através dessa dinâmica seria possível demonstrar aos alunos que perspectivas divergentes ou convergentes podem complementar-se sem que necessariamente entrem em conflito ou em processo de simples repetição. Especificamente para cada semestre é possível apontar alguns desses momentos nos quais se poderiam criar espaços para essas dinâmicas com suas respectivas avaliações.

1º semestre

O espaço da interdisciplinaridade se construirá baseada nas seguintes disciplinas: Leitura e produção de textos, Estado Cultura e Cidadania e Direito e Legislação para Gestão. Elas se aproximarão na perspectiva de leitura de alguns textos comuns, em que os professores trabalharão gêneros textuais diferentes buscando gerar temáticas comuns. A avaliação dessa dinâmica interdisciplinar será feita pelos professores envolvidos conforme seus respectivos planos de ensino. É importante lembrar que, como sendo uma proposta interdisciplinar, as disciplinas estarão abertas para o diálogo entre seus conteúdos.

2º semestre

O espaço da interdisciplinaridade se construirá baseada nas seguintes disciplinas: Psicologia Aplicada ao Gerenciamento de Equipes, Sociologia das Organizações, Meio Ambiente e Ética Profissional. Uma vez que as relações profissionais ocorrem em ambiente organizacional, essas disciplinas oferecem pressupostos para a condução desse relacionamento social. A avaliação dessa dinâmica interdisciplinar será feita pelos professores envolvidos conforme seus respectivos planos de ensino. É importante lembrar que, como sendo uma proposta interdisciplinar, as disciplinas estarão abertas para o diálogo entre seus conteúdos.

3º semestre

O espaço da interdisciplinaridade se construirá baseada nas seguintes disciplinas. Introdução ao Cooperativismo/Legislação Trabalhista e Sindical/História do Trabalho no Brasil. Considerando-se que o Cooperativismo é um movimento internacional com características peculiares no que diz respeito à compreensão e proposição das relações de trabalho, se faz necessária uma aproximação com os conteúdos presentes nas disciplinas de História do Trabalho no Brasil e Legislação Trabalhista e Sindical que discutem respectivamente as características sobre as quais se estruturaram as relações trabalhistas no Brasil e o aparato jurídico capaz de mediar legalmente tais relações. A avaliação dessa dinâmica interdisciplinar será feita pelos professores envolvidos conforme seus respectivos planos de ensino. É importante lembrar que, como sendo uma proposta interdisciplinar, as disciplinas estarão abertas para o diálogo entre seus conteúdos.

4º semestre

O espaço da interdisciplinaridade se construirá baseada nas seguintes disciplinas: Educação Cooperativista/ Marketing e Comercialização em Cooperativas/ Organização de Cooperativas. A organização de um ambiente de trabalho cooperativista pressupõe determinados procedimentos comportamentais que devem ser construídos em função de sua especificidade. Sendo assim a organização de cooperativas busca interface com a educação cooperativista objetivando uma melhor adequação das relações interpessoais. Essa mesma dinâmica se apresenta como espaço adequado para a construção da imagem que essas

organizações pretendem para si. A construção de sua relação com o público, o fornecimento de serviços e a venda de produtos são situações nas quais o ambiente organizacional é fator determinante para o bom desempenho. A avaliação dessa dinâmica interdisciplinar será feita pelos professores envolvidos conforme seus respectivos planos de ensino. É importante lembrar que, como sendo uma proposta interdisciplinar, as disciplinas estarão abertas para o diálogo entre seus conteúdos.

5º semestre

Considerando o atual cenário econômico internacional, pode-se dizer que a economia passou a ocupar posição de destaque nos debates geradores de propostas de solução. A disciplina de Crédito e Sistema Financeiro Nacional juntamente com a disciplina Cooperativas Populares e economia solidária e Sistemas de Informação em Gestão Aplicada ao Cooperativismo construirão momentos de debates visando a compreensão e proposição de alternativas às questões econômicas atuais. A avaliação dessa dinâmica interdisciplinar será feita pelos professores envolvidos conforme seus respectivos planos de ensino. É importante lembrar que, como sendo uma proposta interdisciplinar, as disciplinas estarão abertas para o diálogo entre seus conteúdos.

6º semestre

A interdisciplinaridade será exercitada através da elaboração dos projetos em gestão de cooperativas, para os quais convergirão todos os conhecimentos apreendidos ao longo do curso. Deve-se dizer que a avaliação se fará a partir dos critérios a serem definidos pelo colegiado de curso para os TCCs

Essa mesma dinâmica se pretende desenvolver em relação aos demais cursos de graduação já existentes no *campus* de Araguaína. Nessa perspectiva, seria possível a relação com o curso de História que possui em sua matriz curricular a disciplina História Contemporânea, cujo conteúdo programático contempla aspectos políticos, econômicos e culturais das sociedades que se desenvolveram sob a influência da industrialização. Exatamente nesse ponto se viabilizaria um diálogo para perceber os desdobramentos dessas sociedades sob os objetos de estudo do curso de Cooperativismo e se apresentaria como uma alternativa capaz de estruturar um contraponto à lógica das relações de trabalho

contemporâneas.

7. INTERFACES

7.1 - Interface pesquisa e extensão.

A relação pesquisa extensão será desenvolvida a partir do surgimento de demandas apresentadas com o decorrer das atividades do curso. As especificidades locais fornecerão questões que, acopladas à formação e áreas de interesse de pesquisa dos professores, constituirão pontos de investigação quer em forma de projetos de pesquisa, quer em cursos de extensão oferecidos à comunidade local e acadêmica. A cidade de Araguaína atualmente conta com algumas experiências na área de Cooperativismo, a saber: Cooperativa de Táxi, Cooperativa de Transporte Alternativo Intermunicipal e Cooperativa de Moto-Táxi. Situações problema no interior dessas organizações serão buscadas no sentido de gerar temas de pesquisa e extensão.

Tais argumentos encontram suporte no PDI da UFT no qual cita-se seu norteamento, embasado nos princípios estabelecidos em seu Estatuto e Regimento que orientam para a busca do desenvolvimento da relação pesquisa e extensão. Especificamente os itens I e VII dizem o seguinte:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Cabe dizer ainda que a UFT assumiu historicamente o compromisso com a sociedade por meio do comprometimento com o incentivo à pesquisa e extensão e sua conseqüente divulgação. Textualmente isso é afirmado no PDI onde se lê que a Universidade Federal do Tocantins (UFT), ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da região Norte. Assim sendo, não tem medido esforços para proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral. Desde a sua criação, a UFT tem

incentivado a pesquisa e a extensão por meio de celebração de convênios com agências regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção de programas de investigação científica e cultural, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados da pesquisa e da extensão em suas unidades e ainda a promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais de interesse da sociedade.

7.2 - Interface com programas de fortalecimento do ensino: monitoria, PET

A busca pela qualidade de ensino nos direciona para o acionamento de mecanismos capazes de apoiar e dinamizar a relação ensino-aprendizagem nos cursos do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios e Hospitalidade e Lazer. Sendo assim o programa de monitoria da UFT, em suas diversas modalidades, será adotado objetivando uma maior aproximação entre professores e alunos. Cabe ainda dizer que, dadas as especificidades locais e regionais de inserção dos cursos, a monitoria nos proporcionará a concretização de ações inclusivas ao buscarmos uma melhor recepção a grupos sociais de orientação cultural diferenciada como os povos indígenas. Uma outra maneira adotada pelos cursos para melhor desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão será a aprovação junto ao MEC da estruturação de um grupo PET cuja dinâmica de funcionamento é capaz de fornecer elementos para apoiar todas essas atividades.

7.3 - Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares são obrigatórias para a integralização do Curso de Gestão de Cooperativas compreendem 120 horas, além da carga horária de 1800 horas previstas para a conclusão do curso. Essas atividades de âmbito cultural, social ou científico, podem ser realizadas sob a forma de monitoria, extensão, iniciação científica, entre outras, conforme estabelecido na Resolução 009/2005 e serão definidas em cronograma específico a ser elaborado pelo Colegiado de Curso, quando constituído.

7.4 – Trabalho de conclusão de curso

Como produto final da disciplina Elaboração de Projetos em Gestão de Cooperativas ofertada no 6º semestre do curso, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se configura na

elaboração de um Projeto de Cooperativas, com foco no desenvolvimento do mercado regional, contemplando uma das seguintes áreas de conhecimento do curso:

- Planejamento de Cooperativas
- Planejamento de Associações baseadas nos princípios da economia solidária
- Planejamento de Ong's

As diretrizes gerais para a elaboração do TCC serão definidas pelo Colegiado de Curso que regulamentará seu formato de escrita e apresentação.

7.5 - Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros)

No que diz respeito à avaliação deve-se dizer que o PDI da UFT estabelece determinados procedimentos norteadores para os PPCs que orientarão os processos de auto-avaliação e avaliação externa. Portanto, deve-se considerar que a avaliação se constitui em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Na elaboração de uma proposta de avaliação institucional, é fundamental que o processo se baseie em princípios que garantam sua relevância, tais como:

- *Participação* - faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados, para que a Universidade como um todo possa visualizar melhor sua própria estrutura.
- *Solidariedade* - a partir do processo de avaliação institucional, é possível potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando-se, com isso, criar uma teia de solidariedade para a partilha de experiências e solução de problemas, visando à melhoria da Instituição. Portanto, para atender as exigências de avaliação serão adotados procedimentos de adequação aos critérios propostos em documentos como as Diretrizes emitidas pelo INEP em dezembro de 2008 para avaliar os Cursos Superiores de Tecnologia. A instituição no colegiado do curso de momentos destinados à discussão e reestruturação dos PPCs, objetivando uma adequação permanente

de sua estrutura aos problemas apresentados a partir do desenvolvimento do curso. A realização de eventos, visitas técnicas e seminários temáticos são também exemplos de atividades previstas cujo objetivo é buscar subsídios para atender às normas de auto-avaliação e avaliação externa dos cursos.

8. FORMAS DE INGRESSO E MOBILIDADE ENTRE OS CURSOS

O ingresso no primeiro ciclo acontecerá, inicialmente, pelo vestibular (de acordo com as orientações em vigência na UFT), ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do campus e/ou de outro campus, observados os critérios de existência de vagas nas (inter)disciplinas e orientações emitidas pela Coordenação da Área e/ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em **normativa própria**, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos realizados pelos estudantes nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso. Ao final do 1º. ciclo será garantida uma declaração atestando os conhecimentos obtidos e a eventual mudança de área de conhecimento ou curso da UFT, em conformidade com a lei.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível

desde que haja vaga e, respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados, que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima. O bloco de conteúdos ofertados, no segundo ciclo, para determinada habilitação poderá ser cursado por acadêmicos de outra habilitação, permitindo a integralização curricular e a busca por uma nova habilitação ao concluir a primeira.

Ao final do 2º ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Bacharel ou Tecnólogo, dependendo da opção realizada ao final do primeiro ciclo e do itinerário curricular integralizado.

A múltipla titulação deverá ser estimulada. Será disponibilizado ao aluno um serviço de orientação sobre os itinerários formativos, de maneira que ele possa cursar mais de uma habilitação, por meio de combinações de títulos, assim como a migração de área na passagem do 2º para o 3º ciclo.

9. CORPO DOCENTE

O Núcleo Docente Estruturante é composto pelos professores Msc. Ana Daisy Araújo Zagallo, Dr. Marcio Araújo de Melo e Dr. Miguel Pacífico Filho, responsáveis pela finalização dos PPCs de Gestão de Turismo, Logística e Gestão de Cooperativas. Conforme cronograma aprovado no Projeto de Reestruturação e Expansão da UFT está previsto o ingresso de 27 (vinte e sete) professores nos cursos de Gestão e Negócios e Hospitalidade e Lazer do campus de Araguaína.

9.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Docente	Titulação	Experiência Profissional	Disciplinas
Ana Daisy Araújo Zagallo	Mestre em Comunicação	Professora e Coordenadora do Curso de Comunicação Social do Centro Universitário Unirg –TO (2002-2008)	Comunicação Empresarial História do Turismo Marketing do Turismo
Marcio	Doutorado em	Professor da Universidade Federal de	Leitura e Produção de Textos

Araújo de Melo	Literatura	Uberlândia (2006-2008)	
Miguel Pacífico Filho	Doutorado em História Social	Professor da Universidade Estadual de Minas Gerais (2001-2007)	Estado, Cultura e Cidadania História da Arte no Brasil

A ampliação do corpo docente ocorrerá conforme previsão a seguir aprovada pelo Ministério da Educação para o Projeto REUNI/UFT.

ÁREA DE CONHECIMENTO	2009	2010	2011	2012	Total
Gestão de Negócios	06	09	05	05	27

10. INSTALAÇÕES

O Curso de Gestão de Cooperativas será instalado no campus de Araguaína, no Setor Cimba. Para atender às necessidades imediatas são necessários:

- 09 gabinetes para 27 professores dos cursos de Gestão e Negócios;
- 01 sala para coordenação dos cursos de Gestão e Negócios;
- 16 salas de aula para os cursos de Gestão e Negócios.
- 01 Empresa Júnior;
- 01 Incubadora de cooperativas populares;
- Núcleo de projetos experimentais (NPE);
- Agência de turismo.

10.1 Biblioteca

O Campus de Araguaína/UFT possui duas bibliotecas, uma situada na unidade “EMVZ”, e a outra situada, provisoriamente, na unidade São João, aguardando a construção e transferência para a unidade Cimba, ainda em 2009. As duas estão em processo de revitalização com a contratação, por concurso público, de bibliotecários, aquisição de novos títulos e equipamentos. As bibliotecas possuem cerca de quatorze mil títulos e todas as novas aquisições para implantação dos Cursos Superiores em Tecnologia estão respeitando a

proporção de um exemplar para cada oito alunos por turma e, automaticamente, cadastrado no patrimônio da UFT.

10.1.1. Política de atualização e informatização do acervo

A atualização e informatização do acervo são coordenados pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação), a biblioteca do Campus tem a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjunto com os professores considerando a bibliografia básica de cada curso. A informatização da biblioteca e automação de seus serviços estão em processo de implantação do Sistema SIE, enquanto o mesmo não está instalado a biblioteca utiliza um Banco de Dados desenvolvido na própria biblioteca.

A atualização do acervo é coordenado pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação), da seguinte forma: as bibliotecas setoriais têm a responsabilidade de organizar e enviar a PROGRAD listas bibliográficas para compras. Estas listas são produzidas pelo corpo docente da Instituição; cuja solicitação é baseada nas bibliografias básicas de cada disciplina que constam nas ementas dos cursos de cada *campus*.

10.1.2. Descrição do acervo de livros e periódicos

O acervo básico é composto das bibliografias que constam nas ementas disciplinares dos cursos de graduação e das sugestões bibliográficas fornecidas pelo corpo docente. A ampliação do acervo das bibliotecas, uma das prioridades da reitoria, chegou a 100%, no período de 2004 a 2008, apresentando, atualmente, um acervo de mais de cem mil volumes em todos os *campi* universitários, o que representa um aumento de mais de 50% do acervo inicial da Universidade. A atualização do acervo bibliográfico tem ocorrido visando atender aos novos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Em relação aos periódicos, o Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e, há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos laboratórios de informática.

Os dados a seguir foram levantados em inventário realizado em dezembro de 2008,

referente à biblioteca da Unidade de Licenciatura.

Descrição	Quantidade
Títulos	7.233
Volumes	15.069
Livros de coleção de 2º grau	483
Livros retirados do acervo para análise dos professores	700
Títulos de periódicos científicos	192
Periódicos com exemplares únicos	196
Revistas de divulgação (Veja, Isto É, etc.)	86
Quantidade de títulos específicos da área de Letras	1.549
Quantidade de exemplares (área de Letras)	2.389

10.1.3. Serviços da biblioteca

- 5 Empréstimo domiciliar de material;
- 6 Levantamento bibliográfico;
- 7 Orientação para normalização de trabalhos científicos;
- 8 Manual para elaboração de trabalhos científicos;
- 9 Programa de conservação e expansão do acervo;
- 10 Orientação quanto ao uso do Portal da Capes;
- 11 Orientação aos acadêmicos quanto ao uso da biblioteca.

10.1.4. Instalações e equipamentos da biblioteca

A biblioteca da Unidade de Licenciatura dispõe de um espaço de 204 m², em ambiente com ar condicionado.

Descrição dos Equipamentos:

Equipamento	Quantidade
-------------	------------

Cadeiras	62
Mapoteca	02
Carrinho para transporte de livros em 3 níveis	01
Expositores de livros de revistas	01
Estantes	65
Cabines para estudos individuais	10
Mesas para estudos em grupo	14
Mesas de trabalho	04
Mesas para microcomputador	05
Balcão com compartimentos	01
Armário com 16 portas	03

10.2. Núcleo de Empreendimentos Tecnológicos

O **Núcleo de Empreendimentos Tecnológicos** reúne os laboratórios para desenvolvimento de atividades práticas e de pesquisa dos três cursos de Gestão e Negócio do campus: Turismo, Logística e Cooperativismo. Organiza-se em:

1. AGÊNCIA DE TURISMO: servirá como laboratório prático do curso de Turismo. Possui 18,8m², climatizada e equipada com 2 computadores conectados à internet, 2 mesas, 2 longarinas, 6 cadeiras, impressora, estante, armário e frigobar, ramal telefônico.

2. EMPRESA JÚNIOR/INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES: servirá como laboratório prático para Cooperativismo e para Logística, bem como sala de reuniões. Possui 42m², climatizada e equipada com 2 computadores conectados à internet, 18 cadeiras, mesa de reunião para doze lugares, TV LCD 40”, DVD, impressora, mesa redonda para 6 lugares, notebook e datashow.

3. NÚCLEO DE PROJETOS EXPERIMENTAIS (NPE): servirá como laboratório prático para Cooperativismo, Logística e Turismo e apoio didático-pedagógico. Possui 60,8m²,

climatizada e equipada com 19 computadores conectados à internet, 18 cadeiras, 4 mesas redondas para 6 lugares, datashow, mesa para professor e cadeira giratória. Esses laboratórios desenvolverão atividades em áreas específicas, buscando:

- contribuir para um melhor entendimento das ferramentas que estão ao dispor de todos os que têm espírito empreendedor;
- difundir as idéias de negócio focadas nas atividades que cada empreendedor pretende desenvolver conforme sua vocação;
- prestar assistência, dar orientações, informação a potenciais empreendedores;
- ser um veículo de articulação e comunicação entre as incubadoras das áreas;
- apoiar a criação e o crescimento de novas empresas, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- apoiar na estruturação e gestão do negócio e estimular parcerias entre as empresas vinculadas, a Incubadora e os parceiros associados;
- formalizar parcerias com instituições de apoio às empresas alojadas e promover atividades de conjunto;
- incentivar a inovação tecnológica junto às empresas e aos empreendedores;
- apoiar os processos de transferência de tecnologia para as empresas
- identificar novas oportunidades de negócio;
- promover a interligação entre a Universidade e as empresas, através da prestação de serviços pelas empresas incubadas;
- proporcionar condições para a capacitação dos empreendedores com o objetivo de administrarem suas empresas de forma a torná-las competitivas e rentáveis;
- promover ações que possibilitem o desenvolvimento das habilidades para a liderança, a comunicação, a negociação, o entrosamento e o convívio social;
- orientar e acompanhar os incubados em todo o processo gerencial;
- buscar e apoiar as consultorias visando à construção do conhecimento aplicado à realidade da cada empresa;
- promover debates com os empreendedores para discutir questões tecnológicas relacionadas a seus produtos/serviços e os aspectos relacionados à gestão estratégica das áreas;
- solucionar as dúvidas e os problemas dos empreendedores, de forma que possam atuar

com sucesso no mercado;

- gerar oportunidades de negócio através da participação em eventos (como feiras comerciais, salões e rodas de negócios), serviços de assessoria de comunicação e publicidade, congressos relacionados às atividades desenvolvidas por cada empresa.

10.3. Área de lazer e circulação

O campus de Araguaína, unidade Cimba, conta hoje com um espaço de realização de exposições culturais, que tem sido utilizado pelo projeto “Corredor Cultural” e “Sexta das Letras”.

10.4 Recursos audiovisuais

6 Projetores datashow;

6 notebooks;

4 TVs;

6 Retroprojetores;

4 Aparelhos de DVDs;

2 Aparelhos de Áudio;

2 Laboratórios contendo, cada um deles, 45 computadores conectados à internet.

10.5. Acessibilidade para portador de necessidades especiais:

Toda a unidade Cimba está projetada para proporcionar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, tais como elevadores, rampas, banheiros e funcionários qualificados em Língua Brasileira de Sinais - Libras.

10.6 Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

O Campus de Araguaína conta com uma sala para direção com recepção e 2 secretária, linha telefônica privada, computadores conectados à internet e impressores, uma sala para coordenação com recepção e 1 secretário, dois computadores conectados à internet.

10.6.1 Espaços e estruturas destinadas aos serviços de apoio

Secretaria das Coordenações	7,7 m2	01 ar condicionado, 02 mesas de 2 servidores trabalho, 01 computador com acesso à internet e impressora.
Secretaria Acadêmica	35 m2	01 ar condicionado, 06 mesas de 6 servidores trabalho, 05 computadores com acesso à internet e impressora.
16 Almojarifado Central	30 m2	Atendimento às duas unidades do Campus de Araguaina com produtos de consumo.
Apoio áudio-visual (anexo - almojarifado)	10 m2	3 TVs, 1 DVD, 11 retroprojetores, 1 data show, 2 microsystem, 2 aparelhos de som, 4 videocassetes.
Sala de Projeção	50 m2	01 ar condicionado, 45 cadeiras acolchoadas e aparelho de vídeo-conferência
Labin 1	50 m2	01 ar condicionado, 24 computadores com acesso à internet à disposição dos acadêmicos.
Labin 2	50 m2	01 ar condicionado, 18 computadores com acesso à internet à disposição dos docentes.

Biblioteca	207 m2	02 aparelhos de ar, 7 computadores com acesso à internet, 4 mesas de trabalho, 2 mapotecas, 65 estantes para livros, 1 expositora para revistas, 1 estante para fitas, 30 caixas para periódicos, 10 cabines para estudo individual, 1 carrinho para transporte e livres, 1 balcão com 12 compartimentos, 3 armários de 16 portas cada um, 14 mesas redondas para estudo, totalizam 65 cadeiras para os acadêmicos.	6 servidores
------------	--------	---	--------------

10.6.2. Setores Administrativos:

Secretaria da Direção	11 m2	01 ar condicionado, 1 computador com acesso à internet e impressora, 2 mesas de trabalho.	2 servidores
Coordenação Administrativa			
- Transportes/Diárias		01 ar condicionado, 04 mesas de trabalho e 4 computadores com acesso à internet e 1 impressora.	4 servidores
- Compras	20 m2		
- Patrimônio			
- Gestão Espaço Físico			
Desenvolvimento Humano	18 m2	01 ar condicionado, 3 mesas de trabalho, 2 computadores com acesso à internet e impressora.	2 servidores
Ouvidoria			1 servidor
Protocolo	17 m2	01 ar condicionado, 1 mesa de trabalho, 1 computador com acesso à internet.	1 servidor
Reprografia	6 m2	Anexa ao Protocolo, funciona serviço de reprografia terceirizado que atender os docentes e a área administrativa da	Terceirizado

Secretaria da Direção 11 m2 01 ar condicionado, 1 computador com 2 servidores
 acesso à internet e impressora, 2 mesas
 de trabalho.

Instituição.

10.6.3 Instalações da Unidade de Licenciatura, Setor Cimba

Está prevista para o primeiro semestre de 2008 a inauguração das novas instalações do Setor Cimba, que inicialmente abrigará os cursos de Gestão e Negócios, Hospitalidade e Lazer, assim como todas as licenciaturas. Abaixo, seguem imagens referentes a nova unidade, que sediará o curso de Letras do campus de Araguaína.



Fig. 1 – Instalações do Setor Cimba – Parte Frontal



Fig. 2: Instalações do Setor Cimba - Laterais

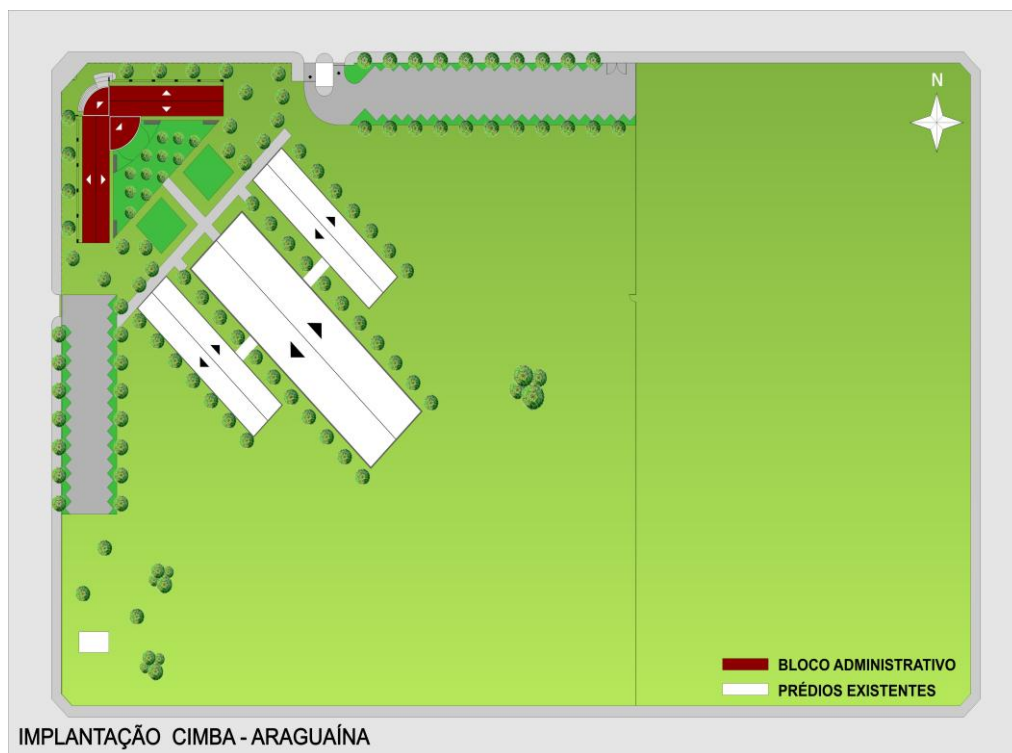


Fig. 3. Instalações do Setor Cimba – Vista Superior

Descrições referentes ao SETOR CIMBA:

O Setor Cimba conta, no momento, com 49.522,5m² de área total e a área construída organiza-se conforme especificação abaixo:

- 01 prédio central de sala de aula: 1.444,75 m²
- 02 prédios laterais de sala de aula: 468,44 m²
- 01 guarita: 15,75 m²
- 01 prédio de Apoio Logístico e Administrativo: 1.459,33 m²
- 24 salas de aula
- 06 salas de coordenação

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDOINO, Jacques. “Entrevista com Cornelius Castoriadis”. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org.) **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. S. Paulo: UFSCAR, 1998.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Parecer CNE/CP nº 09/2001. Brasília, DF, 2001. Disponível em www.mec.gov.br.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BURNHAM, T. F. “Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar”. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- DOLL Jr., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.
- MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: Edufba, 2002.
- MARTINS, J. B. **Abordagem multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos**. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.
- MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa América, 1973.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Sintra: Europa-América, 1994.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANEXOS

REGIMENTO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

- I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
- II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
- III - Órgãos de Apoio Acadêmico:
 - a) Coordenação de Estágio do Curso;
- IV - Órgão de Apoio Administrativo:
 - a) Secretaria.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado da Área de Gestão é constituído:

- I – Coordenador da Área, sendo seu presidente;
- II - Docentes efetivos do curso;
- III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado da área, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
- II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 – A Coordenação da Área é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador da Área compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

- III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;
- IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;
- VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I. encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II. auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III. instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;
- IV. executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V. elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI. secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII. redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII. manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX. manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X. auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.
- XI. desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII. manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII. executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Curso de Tecnologia em Gestão do Cooperativas reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 - O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III Da Oferta de Disciplinas

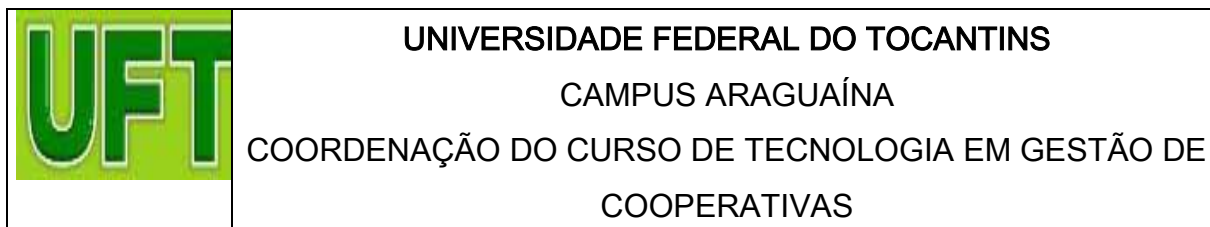
Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Palmas, 11 de março de 2009.



**REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

CAPÍTULO I
Identificação

Art. 1º - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio não-obrigatório do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do *campus* de Araguaína.

§1 – os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

§2- as normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Tecnologia em gestão de Cooperativas , com a Lei nº 11.788/2008 e com a normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II
Dos Objetivos

Art. 2º- O Estágio Curricular Não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional na Universidade Federal do Tocantins ou em outras instituições, empresas privadas, órgãos públicos ou profissionais liberais.

CAPÍTULO III
Das Áreas de Estágio

Art. 3º - As atividades de estágio poderão ser desenvolvidas em instituições como Cooperativas, Organizações não Governamentais, Associações de Moradores e Sindicatos que comprovem atividades ligadas a gestão de cooperativas, experiências de auto-gestão e geração de renda para populações economicamente vulneráveis de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO IV
Da organização

Art. 4º- O Estágio Curricular Não-obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo

acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 5º- O Estágio Curricular Não-obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

- I. pessoas jurídicas de direito privado;
- II. órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único - É facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 1 (um) a 5 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 6º - O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 7º - Os estudantes na condição de estagiários poderão realizar as seguintes atividades: fornecer assistência, dirigir e implementar cooperativas, fundações, sindicatos e ONG's,

Art. 8º- O tempo de duração de estágio não-obrigatório não pode ultrapassar 2 (dois) anos na mesma instituição, 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 9º- O estágio não-obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 10º- Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculados a e desenvolvidos na UFT são considerados estágios não-obrigatórios.

CAPÍTULO V

Desenvolvimento e Avaliação

Art. 11º - O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 12º- A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 13º- Cada Supervisor da UFT (área ou curso) é escolhido entre os membros do Colegiado de Gestão e Negócios.

§1- Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e

avaliação de no máximo dez estagiários;

§2- A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO VI **Das competências**

Art. 14º - O aluno, na condição de estagiário, deve cumprir as atribuições e responsabilidades explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio. Ao acadêmico que se habilitar ao estágio curricular compete:

- I. Procurar a Central de Estágios de seu campus antes de iniciar o estágio em uma empresa, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;
- II. Participar do estágio com responsabilidade, consciente de sua condição de estudante, procurando obter o maior aprendizado profissional possível, cumprindo suas obrigações no estágio e na universidade;
- III. Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;
- IV. Avisar qualquer ausência com antecedência;
- V. Entregar ao Docente orientador (Estágio Obrigatório) ou ao Supervisor da UFT (Estágio Não-obrigatório) o relatório de avaliação das atividades no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional;
- VI. Cumprir as determinações e orientações do Professor Orientador (Estágio Obrigatório) ou do Supervisor de Estágios da Área/Curso (Estágio Não-obrigatório) quanto a prazos e procedimentos;
- VII. Frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação nos prazos determinados;
- VIII. Cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágios (11.788/08).

Art. 15º - Compete ao docente orientador de Estágio Curricular Obrigatório e ao supervisor de Estágio Curricular Não-obrigatório:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio.
- II- avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno;
- IV orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;
- V- acompanhar o planejamento do estágio;
- VI- realizar uma avaliação em todas as etapas de desenvolvimento do estágio;

VII - cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei nº. 11.788/2008.

Art. 16º - Compete a Unidade Concedente:

- I. celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estudante;
- II. ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. contratar em favor do estagiário, na condição de estágio não-obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da Lei;
- V. por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI. tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da instituição, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade;
- VII. enviar à UFT, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (disponível no site www.uft.edu.br/estagios), com vista obrigatória ao estagiário.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais

Art. 17º - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos Supervisores responsáveis pelos Estágios junto à Coordenação de Curso, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 18º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.